

**3º Encontro Europeu das Pessoas em  
Situação de Pobreza  
*A Participação: uma via de dois sentidos***



[www.eu2004.ie](http://www.eu2004.ie)

**Uma Conferência da Presidência  
Irlandesa da União Europeia**

**Palais d'Egmont, Bruxelas  
28 – 29 de Maio de 2004**

Comissão Europeia  
Departamento da Luta Contra a Pobreza, Serviço Público de Segurança Social,  
Bélgica

**Colaboração**

European Anti-Poverty Network (EAPN)

EAPN  
Rue du Congres 37-41  
B 1000 Brussels

Este relatório foi publicado em formato papel em Francês e Inglês.  
Existe também a versão electrónica deste relatório em búlgaro, dinamarquês,  
neerlandês, finlandês, alemão, grego, húngaro, italiano, polaco, português,  
espanhol e sueco. O formato electrónico está disponível em [www.eapn.org](http://www.eapn.org).

Tradução (português): Armandina Heleno

**Agradecimentos**

Coordenação do projecto: Micheline Gerondal  
Relatório e Inquérito: Margo Gorman  
Fotografia: Mathias Horemans

## **Prefácio da Presidência Irlandesa**

Um dos principais desafios assumido pelos Estados-Membros no Conselho Europeu de Lisboa, em 2000, foi “produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza” até 2010. O objectivo geral, a longo prazo, não se limita apenas a reduzir a pobreza, mas sim a erradicá-la. Para chegar a este objectivo, tem que se produzir esse impacto decisivo até 2010. Tal significa, que não basta uma melhoria na prestação do Estado, no que se refere às pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social, mas que é necessária uma acção mais abrangente que ataque as causas destes fenómenos que persistem em toda a Europa, e um esforço determinante para os eliminar.

Os Estados-Membros, seguindo o Método Aberto de Coordenação, estão a fazer um esforço concertado para fazer face a estes desafios, através dos seus planos nacionais de acção para a inclusão. Neste processo, é reconhecido que a erradicação da pobreza implica não apenas uma resposta e compromisso governamental, mas também uma resposta societal, envolvendo todos os actores chave, traduzindo-se, por isso, na necessidade de uma auscultação alargada.

Neste contexto, as pessoas que vivem em situação de pobreza figuram claramente entre os actores chave. São eles que vivem e sofrem os efeitos da pobreza e, desta vivência, adquirem conhecimentos fundamentais sobre as suas causas, a melhor forma de a erradicar e as prioridades a ter em conta para a sua erradicação.

Por tudo isto, a Presidência Irlandesa está satisfeita com os avanços verificados na consulta destes actores chave, ao nível da UE, contribuindo para este processo através da organização do 3º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza, nos dias 28 e 29 de Maio de 2004, com o apoio da Comissão Europeia e a colaboração do Governo Belga e da European Anti-Poverty Network (EAPN).

Gostaria de agradecer a todos os que estiveram envolvidos na organização deste Encontro, e muito especialmente, aos participantes que, com empenho e trabalho, contribuíram para o sucesso desta iniciativa. Gostaria ainda de deixar aqui um agradecimento muito especial aos participantes dos novos Estados-Membros, uma vez que este foi o primeiro encontro desta natureza, no seio da União Europeia alargada. Trouxeram ao debate uma nova dimensão e reflexão, e reforçarão com certeza, a nossa determinação de assegurar que a erradicação da pobreza continua a ser uma das prioridades da UE.

O tema deste Encontro – *A Participação: uma via de dois sentidos* – centrou-se na importância dos Governos, a nível nacional e europeu, de se envolverem activamente com as situações das pessoas que vivem na pobreza, com o objectivo de obterem um profundo conhecimento das suas preocupações e propostas, de forma a estas serem contempladas na elaboração das políticas. A mensagem da Presidência Irlandesa ao Conselho de Ministros de 1 e 2 de

Junho de 2004, que reflecte os resultados das discussões do Encontro, foi incluída no presente relatório.

O relatório constitui um excelente registo das actas do Encontro, e como tal, esperamos que seja largamente divulgado junto das pessoas que vivem em situação de pobreza, dos técnicos e dos profissionais que com eles trabalham, dos Governos e de todos os actores chave na União Europeia.

Congratulo-me com a garantia dada por Marie-Josée JACOBS, Ministra da Solidariedade Social, da Juventude e dos Assuntos da Família do Luxemburgo, ao anunciar que a Presidência do seu país assumirá a organização do Encontro no próximo ano. Este compromisso ajudará a garantir a sua continuidade enquanto evento anual, da máxima importância, no combate à pobreza e à exclusão social.

MARY COUGHLAN TD  
Ministra dos Assuntos Sociais e da Família

Nota: Desde o Encontro, a Ministra Mary Coughlan assumiu outras responsabilidades ministeriais. O actual ministro dos Assuntos Sociais e da Família é Seamus Brennan TD.

## **ÍNDICE**

### **Parte 1: Introdução**

Contexto

Nota do Presidente do Encontro

Mensagem da Presidência Irlandesa ao Conselho de Ministros, Junho 2004

### **Parte 2: Relatório do Encontro**

Sessão de Abertura

Intercâmbio de Experiências: Relatórios dos workshops

Diálogo entre os participantes e o painel

Notas finais

Reflexão: da teoria à prática

### **Parte 3: Estudo**

Questionário

Exemplos

**Anexo I:** Programa

**Anexo II:** Lista de Participantes

## Parte 1: Introdução

### Contexto

O Conselho Europeu de Lisboa (2000) acordou adoptar uma estratégia europeia que visava ter um impacto decisivo na erradicação da pobreza nos países da União Europeia, até ao ano 2010. Em Dezembro de 2000, o Conselho Europeu de Nice dotou esta estratégia de um conjunto de objectivos, entre os quais, a mobilização de todos os actores – incluindo as pessoas que vivem em situação de pobreza – e o seu envolvimento nas várias componentes da estratégia, desde a concepção até à implementação.

A fim de contribuir para este objectivo, a Presidência Belga (2001) organizou um Encontro Europeu de pessoas em situações de pobreza e exclusão. Em 2003, esta iniciativa teve continuidade com a realização do segundo encontro, desta vez sob os auspícios da Presidência Grega da União Europeia. Estes encontros confirmaram a importância da participação de pessoas em situação de pobreza e demonstraram que esta participação melhora o nível dos processos de decisão e implementação. Como seguimento do processo iniciado em 2001, a Presidência Irlandesa da União Europeia (2004), organizou este Terceiro Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza nos países da UE, com o apoio da Comissão Europeia e do Governo Belga. A European Anti-Poverty Network (EAPN) colaborou na organização destes encontros sob a forma de assistência técnica e apoio logístico.

Este terceiro Encontro teve lugar logo após a assinatura dos tratados de adesão dos novos Estados-Membros que oficializaram o Alargamento da UE. Foi assim com enorme prazer, que a Presidência Irlandesa da União Europeia deu as boas-vindas às delegações dos novos Estados-Membros que participaram no encontro pela primeira vez. Este acontecimento traduz-se numa importante oportunidade para estabelecer novas relações, conhecer novos pontos de vista e novas abordagens à luta contra a pobreza e a exclusão social.

O relatório da Presidência Grega sobre o Segundo Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza ao Conselho dos Assuntos Sociais e do Emprego, de Junho de 2003, propôs que *“os Estados-Membros intensifiquem os seus esforços para promoverem a participação, a todos os níveis, das pessoas que vivem em situação de pobreza, e implementarem Redes Estruturais”*. O objectivo do Terceiro Encontro traduziu-se em:

“Intensificar os esforços que favoreçam a participação, a todos os níveis, das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social, e desenvolver redes estruturais que facilitem o seu envolvimento.”

Para ajudar a concretizar este objectivo, a Presidência Irlandesa, com a colaboração do Comité do Programa Comunitário de Luta contra a Exclusão

Social e da EAPN, decidiu levar a cabo um estudo que visava perceber, até que ponto, estas redes estruturais eram apoiadas. O estudo procurava obter dados sobre os mecanismos que promovem a participação de pessoas em situação de pobreza e a sua utilização na elaboração dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, que estão no centro da Estratégia Europeia para a Inclusão Social. Os membros do Comité do Programa Comunitário de Luta Contra a Exclusão Social, da Comissão Europeia assim como a European Anti-Poverty Network recolheram os dados do inquérito, a nível nacional. Os resultados deste estudo foram incluídos na parte 3 do presente relatório.

Como exercício prévio ao Terceiro Encontro, os membros das delegações dos diferentes países tiveram a ocasião de se encontrarem para preparar os seus contributos. Isto permitiu que elaborassem questões e identificassem problemas, com base nas suas experiências locais e nacionais. Este trabalho preliminar estimulou um debate de grande qualidade e bastante participado ao longo de todo Encontro.

A maioria dos participantes do Encontro eram pessoas que enfrentam a realidade da pobreza e da exclusão e que começaram a trabalhar com os seus pares, na tentativa de melhorar as suas situações e as das suas famílias e comunidades. Uma parte dos participantes era representante de ONG's que intervêm no âmbito da luta contra a pobreza e técnicos da área social que trabalham no terreno. Houve também uma presença bastante significativa de representantes de instituições europeias e membros do Comité de Protecção Social e do Comité do Programa Comunitário de Luta Contra a Exclusão Social.

O Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza e Exclusão não pretende ser um substituto do trabalho das organizações e redes que representam e defendem os interesses das populações desfavorecidas. Pelo contrário, é antes de mais, o reconhecimento ao nível da Presidência da União Europeia, da importância da "voz" das pessoas que vivem em situação de pobreza e do seu envolvimento, através de redes estruturadas, que promovem a sua participação na sociedade.

## Nota do Presidente do Encontro

Os três Encontros Europeus das Pessoas em Situação de Pobreza trouxeram cidadãos europeus que se encontram na base para o topo, das margens mais longínquas para o centro, das altas torres de apartamentos, de acampamentos, de albergues, de ruas escondidas, de aldeias esquecidas e de locais isolados, para um palácio - o Palais D'Egmont, onde os estadistas europeus se reúnem. Eles representam, potencialmente, um processo revolucionário. O Terceiro Encontro, em Maio de 2004, mostrou um progresso significativo relativamente aos dois anteriores, mas demonstrou também, o quanto ainda há para fazer.

Quais eram as minhas expectativas à partida? Tinha reflectido sobre a longa história da pobreza, como questão política, por toda a Europa: os pobres sistemas legislativos; os estudos e investigações nos últimos anos do século XIX; o crescimento do estado providência em meados do século passado; mais tarde, a descoberta do fracasso dos estados providência, a redescoberta da pobreza, nos anos 60, no período inicial da integração europeia. O Tratado de Roma, com o qual começou a integração europeia, não fazia qualquer referência à pobreza ou à exclusão social. Mas, a depressão económica e a “crise do estado providência”, nos anos 70, tornou inevitável que a UE reconhecesse o problema e fizesse algo para o enfrentar.

Nos anos 70, a pobreza aparece na agenda nacional de apenas alguns países. Desde então, faz parte de agenda nacional da maior parte dos países, e com os anos, a pobreza e/ou a exclusão social tornou-se um fenómeno de importância crescente na Agenda Europeia. Este facto deve-se à iniciativa e persistência de figuras chave que se encontram no centro do projecto europeu. Para os países da União Europeia, e talvez também para outros países, as instituições europeias desempenham um papel chave ao conseguirem que o fenómeno da pobreza seja abordado tanto em debates como em acções, e por isso, contribuindo para um progresso constante (ainda que de forma lenta) no seu combate.

Os três programas europeus - “programas pobreza” - foram o começo. À época, o primeiro e segundo Programa Europeu da Pobreza, nos anos 70 e 80, pareciam colocar um ónus, bastante considerável, na melhoria das acções locais e nos próprios pobres. O problema era visto como uma falta de coordenação (de políticas e serviços nacionais e locais); a solução passava pela mobilização, a nível local, incluindo a participação dos pobres; o custo traduzia-se em modestos financiamentos. Mais tarde, nos anos 80, a descoberta da “nova pobreza” (uma ameaça para os mais vulneráveis de uma confortável maioria) e a percepção de que havia um lado social para a realização do Mercado Único e a reorganização industrial, mudou as opiniões. O ano de 1989 foi uma linha divisória para a política da Europa Central e de Leste: num momento histórico “o poder dos povos” venceu o controle do Estado. Esse ano foi também um marco para a política social da União Europeia. A “exclusão social” era o novo conceito e os holofotes voltaram-se para as políticas nacionais e o seu fracasso na prevenção

da exclusão social. No terceiro programa europeu - Pobreza III - o ideal de participação dos pobres mantinha-se, mas o enfoque passou para o papel dos organismos estatais, a nível regional e local, e para como podiam e deviam, em conjunto com os parceiros sociais, coordenar acções eficazes para combater a exclusão social. O ponto de convergência estava agora nos Estados.

A seguir ao Programa Pobreza III houve um hiato: a competência da UE em abordar o fenómeno da pobreza era um desafio. Este problema foi resolvido quando o Tratado de Amsterdão, em 1997, autorizou formalmente o Conselho Europeu a encorajar a cooperação entre os Estados Membros em matéria de “exclusão social”. Este facto abriu caminho para a adopção, no Conselho de Lisboa (2000) do objectivo de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e obter uma maior coesão social e, para um ano mais tarde, o Conselho de Nice adoptar uma nova iniciativa (os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão) de forma a incentivar todos os Estados Membros a adoptarem uma abordagem política proactiva e abrangente, que combatesse a exclusão social. O ano de 2001 marcou o início de tão alargado processo europeu. No mesmo ano, realizou-se o primeiro Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza.

Decorridos trinta anos, “as pessoas em situação de pobreza” nos países da UE, deixaram de ser *os objectos* de, e participantes em projectos anti-pobreza locais, para passarem a ser *os sujeitos*, e participantes iguais, em conferências de nível europeu sobre políticas nacionais e europeias de luta contra a pobreza.

Foi uma honra para mim presidir a este Terceiro Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza. Foi uma honra trabalhar, antes, durante e depois do encontro, com a Presidência Irlandesa e com o vigor do Comité de organização da EAPN, que de tudo fez para organizar o Encontro pensando sempre nos participantes. Foi também uma honra conhecer os ministros da Irlanda, Bélgica e do Luxemburgo e os representantes da Comissão Europeia, que demonstraram o seu compromisso pessoal com a consulta e o diálogo em matéria de pobreza, a nível europeu. Foi ainda uma honra especial conhecer os participantes. Partilharam uns com os outros, com os organizadores e com os convidados especiais, as suas experiências e ansiedades, o que têm sofrido e o que têm aprendido, o que nos podem ensinar e o que é que nós podemos aprender sobre a pobreza, e sobre o que poderia, e deveria ser feito, relativamente a este fenómeno.

Na minha perspectiva, houve neste Encontro três temas principais, representando em cada caso progressos já alcançados e promessas ainda não cumpridas; eles correspondem a três níveis de acção:

1) A validação das experiências e pontos de vista das pessoas que experienciam a pobreza

*A Experiência Pessoal da Pobreza* - mesmo os melhor intencionados e melhor informados estrategas políticos, não podem esperar desenvolver políticas,

programas e práticas para combater a pobreza e a exclusão social, se não souberem como é ser pobre: as únicas pessoas que lhe podem dizer como é ser pobre, são os próprios pobres. Estes Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza mostram que isso pode ser feito. Neste último Encontro ouvimos testemunhos de vivências de vários aspectos da pobreza, como ela é vivida hoje. Há sempre novas questões. Entre estas foram mencionadas as implicações da abertura dos mercados, e dos poderes públicos menos sensíveis a questões básicas como a água e a electricidade. A falta de acesso às tecnologias de informação é, para as crianças, uma nova forma de pobreza. Ouvimos também sobre o rapto e a exploração de jovens além fronteiras, um novo e perverso mercado europeu de pessoas. Houve também várias histórias “agradáveis”, iniciativas que pessoas que vivem em situação de pobreza e as organizações e/ou grupos que as representam estão a levar a cabo, que respeitam os seus direitos e as suas escolhas.

2) As disposições formais para a participação de pessoas pobres na elaboração de políticas a nível nacional

*A Consulta a nível nacional* – O excelente estudo incluído neste relatório mostra que, existe uma grande diversidade de mecanismos para promover a participação das pessoas “pobres”, na elaboração de políticas a nível nacional. Os ministros presentes puderam relatar experiências dos seus países concebidas para permitirem que o Estado ouça as bases. As mensagens aqui deixadas podem ajudar no planeamento nacional e podem também ser trazidas para discussões e acções mais aprofundadas ao nível das reuniões dos Conselhos Europeus. A terminologia e os sistemas consultivos variam de país para país. Na Irlanda e na Bélgica existem “acordos de parceria” nos quais as organizações para, e dos pobres, tomam o lugar ao lado dos tradicionais “parceiros sociais”; no Luxemburgo as ONG’s conquistaram o direito de fazerem parte do *Conseil Supérieur*; na França existe, desde 1998, um *Conseil National de Lutte contre les Exclusions*, tendo este ando incluído no Plano Nacional de Acção para a Inclusão, uma declaração pública sobre a luta contra a exclusão; na Dinamarca, existe um “Conselho para os Grupos Vulneráveis”. Muitos mais países poderiam competir com estas iniciativas.

Contudo, para os participantes neste Encontro, todos estes sistemas consultivos são problemáticos. Muitas vezes a consulta dos consumidores satisfaz as necessidades dos ricos, e não as dos pobres; mesmo a consulta sobre protecção social pode resultar em melhoria para os interesses mais fortes e não para os que estão em pior situação. Até que ponto podem as pessoas em situação de pobreza fazerem ouvir-se sem fazerem parte de organizações que trabalham no âmbito da pobreza? E que tolerância existe para os que participam em campanhas e para os que “fazem distúrbios”, mesmo quando é por uma causa justa?

Sejam quais forem os mecanismos nacionais de comunicação e de consulta, e as ligações com os governos nacionais que facultam os meios para aproximar

as pessoas em situação de pobreza aos sistemas europeus de elaboração de políticas, os governos são os principais actores no palco europeu.

### 3) A necessidade para posterior acção a nível da UE

*A Acção a nível da UE* – Tal como sugeri anteriormente, o papel das instituições europeias, ou pelo menos das de âmbito social, tem sido credível e progressivo no que diz respeito à pobreza, tendo influenciado desenvolvimentos a nível nacional. As iniciativas europeias em matéria de exclusão social são reguladas pelos tratados existentes e são contempladas no projecto Constitucional Europeu. O Método Aberto de Coordenação, utilizado nos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, está já, por toda a Europa, a começar a pagar dividendos às pessoas em situação de pobreza. Contudo, as maiores preocupações da UE são de natureza económica, sendo as preocupações sociais remetidas para segundo plano. Por esta razão, não são apenas os pobres que estão em desvantagem; os ministros dos assuntos sociais, a nível nacional e europeu, trabalham também em desvantagem. Apesar das tensões entre os movimentos políticos e sociais, os políticos e as pessoas ou grupos que fazem campanha têm que co-existir. Por este facto, é do interesse dos pobres que os membros do governo que estão preocupados com a pobreza sejam fortalecidos para argumentarem com os ministros de outras áreas políticas. É o que faz da reforma social um assunto tão complicado: os reformistas políticos são apanhados no meio. Os ministros presentes no Encontro prometeram levar as mensagens aqui veiculadas ao Conselho Europeu e pressionar para mais mudanças nos seus próprios governos.

Devemos esperar que quanto maior for o trânsito na “via de dois sentidos” da consulta e do debate sobre a pobreza, mais o que parece ir em direcções opostas pode ter uma causa comum. Se isto é para se tornar uma realidade, devemos esperar por futuros Encontros Europeus das Pessoas em Situação de Pobreza.

**Séamus O’ Cinnéide**  
**Jean Monnet Professor of European Social Policy**  
**Universidade Nacional da Irlanda, Maynooth**

## **Mensagem da Presidência Irlandesa ao Conselho de Ministros, Junho de 2004**

A Presidência Irlandesa, com o apoio da Comissão Europeia, a colaboração do Governo Belga e da European Anti-Poverty Network, organizou o 3º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza, o qual teve lugar em Bruxelas, nos dias 28 e 29 de Maio de 2004. Do Encontro emergiram as seguintes mensagens:

A participação efectiva das pessoas em situação de pobreza está a acontecer e a desenvolver-se, no contexto dos esforços encetados pelos Estados-Membros para atingirem os objectivos de Lisboa, de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e obter uma maior coesão social. A este nível, existem por todos os Estados-Membros numerosos exemplos de boas-práticas.

A prioridade é agora alargar e aprofundar este processo:

1. A implementação e um maior desenvolvimento dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão são parte central deste processo. Estes planos têm sido muito eficazes em manterem a questão da erradicação da pobreza entre os pontos fortes da agenda política, tanto a nível nacional como europeu, e têm dado um verdadeiro ímpeto à participação de todos os actores. As pessoas que enfrentam situações de pobreza são actores chave e como tal devem ser envolvidos no processo.
2. A participação, para ser eficaz, necessita de ser bem organizada e financiada. A participação representa um investimento social chave que contribui para que se atinjam os objectivos dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão e, de uma forma geral, para uma maior coesão social.
3. A participação é uma *via de dois sentidos*. A reciprocidade por parte do Governo é essencial, requerendo abertura e uma acção eficaz, de forma a progressivamente ultrapassarem os desafios identificados. Isto deve envolver participação na monitorização e avaliação da implementação dos Planos, incluindo o uso de indicadores para medir o grau de sucesso e concretização, a nível nacional, e estabelecer comparações entre os Estados Membros. A troca de informação, experiências e boas-práticas entre os 25 Estados-Membros é um elemento chave do Método Aberto de Coordenação, não apenas para os Governos, mas para todas as partes envolvidas, especialmente para os que vivem em situação de pobreza. Estas populações necessitam de tomar conhecimento do que pode ser feito no âmbito da erradicação da pobreza, aprendendo com as experiências bem sucedidas de outros Estados-Membros, tendo em conta a diversidade de situações, quer a nível económico quer a outros níveis. Deve no entanto ter-se algum cuidado com a racionalização (*streamlining*) proposta, para que esta não reduza, em vez de aumentar, a eficácia de tais intercâmbios de políticas.

4. As causas da pobreza são complexas e variadas. As vozes e os interesses dos diversos grupos em situação de pobreza precisam de ser ouvidas. Na Conferência foram identificados alguns grupos que necessitam de apoio especial, nomeadamente imigrantes e minorias étnicas, vítimas de tráfico (especialmente crianças), indivíduos que vivem em habitações sub-humanas, os sem-abrigo, pessoas com deficiência e famílias monoparentais.
5. A natureza multidimensional da pobreza requer respostas de ministros de várias áreas nomeadamente da saúde, da educação, da habitação, da justiça, da administração interna e das finanças.
6. Para muitos, a maior fonte geradora de pobreza é a discriminação. As pessoas que vivem em situação de pobreza estão melhor colocadas para identificar focos de discriminação e as formas de lhes pôr fim. A sua participação nas medidas de combate à discriminação deve ser promovida e encorajada.

A Presidência Irlandesa, com base nas opiniões e propostas expressas durante o Encontro, salienta que:

- *Os Estados-Membros*  
Devem construir e aprofundar a participação, a todos os níveis, das pessoas que vivem em situação de pobreza, em parceria com outros actores chave, num esforço conjunto para atingirem o desafio de provocar um impacto decisivo na erradicação da pobreza e obter uma maior coesão social.
- *Os Estados-Membros e a Comissão*  
Devem garantir que, às pessoas em situação de pobreza, lhes seja dada a possibilidade de se envolverem activamente na monitorização e avaliação da implementação dos PNAI's e na elaboração de futuros planos. Devem ainda assegurar que a necessidade de promover eficazmente esta participação é, plenamente, contemplada no quadro da racionalização (*streamlining*) do processo de Coordenação Aberta, sobretudo no que se aplica aos PNAI's.
- *A Comissão Europeia*  
Deve garantir que os interesses das pessoas em situação de pobreza são plenamente tomados em conta no debate sobre o futuro dos Fundos Estruturais e na revisão da Agenda de Política Social.

A Presidência Irlandesa congratula-se com o compromisso assumido pelo Luxemburgo, durante o Encontro, de prever a organização deste tipo de evento, em Bruxelas, durante a sua Presidência da UE, em 2005, e reitera a proposta da Presidência Grega ao Conselho de Ministros (em 2003) para que a Comissão Europeia e as futuras presidências da UE incluam a organização destes encontros, no seu programa anual de trabalho (como acontece com a Mesa Redonda Anual).

## Parte 2: Relatório do Encontro

### Sessão de Abertura

#### Presidente:

**Professor Seamus O’Cinnéide, Universidade de Maynooth, Irlanda**

#### Oradores convidados:

- **Gerry Mangan, Representante da Presidência Irlandesa**
- **Maria Arena, Ministra da Integração Social, da Política das Grandes Cidades, da Igualdade de Oportunidades e da Função Pública, Bélgica**
- **Marie-Josée Jacobs, Ministra dos Assuntos da Família, da Solidariedade Social e da Juventude, Luxemburgo**
- **Odile Quintin, Directora Geral, Direcção Geral do Emprego e Assuntos Sociais, Comissão Europeia**
- **Isabelle Leborgne, Associação “Acção Partenariado Internacional, Económico e Social”, Participante no Segundo Encontro**

O Presidente do Encontro, **Professor Seamus O’Cinnéide** fez a abertura, em nome da Presidência Irlandesa, lembrando a longa história de luta contra a pobreza na Europa,

*“A predominância das preocupações económicas no mercado global leva facilmente ao cinismo, quando falamos de Europa Social; mas a Europa tem também, durante os últimos 30 anos, chamado a atenção para as questões da pobreza e tem garantido que várias acções paliativas se tenham vindo a desenvolver por toda a União Europeia.”*

Prosseguiu, dando as boas-vindas aos oradores e a todos os participantes, encorajando, para os dias seguintes, o diálogo aberto e o intercâmbio profícuo.

**Gerry Mangan, representante da Presidência Irlandesa** deu as boas-vindas aos participantes em nome de **Mary Coughlan, T.D., Ministra dos Assuntos Sociais e da Família**, que lhe pediu que expressasse os seus melhores votos para o Encontro, a sua expectativa de participar mais tarde no evento, e o seu compromisso com o objectivo de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza até 2010, como acordado no Conselho Europeu. Desde o dia 1 de Maio de 2004, que este objectivo é partilhado com 10 novos Estados-Membros. G. Mangan aproveitou o momento para desejar as boas-vindas aos representantes dos novos Estados-Membros. Prosseguiu dizendo, em nome da Ministra Mary Coughlan, que:

“Os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão que estão a ser actualmente implementados, mostram o quanto é difícil erradicar a pobreza. Este fenómeno

não tem apenas uma causa ou solução, e como tal, requer uma resposta empenhada não só por parte dos Governos, como de toda a sociedade. A minha experiência de elaboração de PNAI's na Irlanda, fez-me tomar consciência do número de actores necessários à elaboração e implementação de tais Planos. Falo dos académicos e dos peritos (que analisam e estudam as causas e determinam as soluções possíveis), dos parceiros sociais, dos empresários e dos sindicatos, sem esquecer a sociedade civil. O apoio de organizações não governamentais, que trabalham com pessoas em situação de pobreza é particularmente importante, uma vez que estas instituições detêm um conhecimento real destes problemas. A EAPN é um bom exemplo disso. A liderança do Governo é igualmente necessária, especialmente dos Ministros dos Assuntos Sociais, acompanhada pela solidariedade e pelo apoio internacional da União Europeia e da Comissão. Acima de tudo, precisamos do envolvimento das pessoas em situação de pobreza, que sabem o que é ser pobre, que conhecem as causas da pobreza em que vivem, sabem que tipo de soluções podem contribuir para a erradicação deste fenómeno e que lhes permitirá obter a qualidade de vida que qualquer um de nós tem como dado adquirido. Temos também que agradecer e felicitar a Bélgica, pelo seu compromisso e apoio. A Presidência Irlandesa tem o privilégio de se encontrar em posição de assegurar a continuidade deste processo. Se queremos realmente erradicar a pobreza, precisamos de ouvir as pessoas que têm que a enfrentar no seu quotidiano. A Ministra Mary Coughlan tem todo o interesse em levar aos seus colegas do Conselho de Ministros, uma mensagem forte e clara, que espera venha a resultar deste Encontro.”

A **Ministra Marie Arena** considera este Terceiro Encontro como um elemento importante do processo da participação, que necessita de ser sustentado e sensível a todas as necessidades e aspirações.

*“Este Terceiro Encontro testemunha a necessidade de um evento anual. A Pobreza continua a existir, sob múltiplas formas, como o revelam claramente as estatísticas. Existe pobreza em termos monetários, mas também por falta de acesso à educação e às novas formas de tecnologia”.*

Existem várias acções que têm vindo a ser concretizadas no âmbito dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, que precisam de ser reforçadas. A Europa Social não é um conceito abstracto; é um esforço que se situa a vários níveis e que deve ser tornado visível. Para dar visibilidade a este trabalho, é necessário mostrar e divulgar como é que uma Europa Social deve funcionar. Tem de haver comunicação que favoreça o contacto com as bases. Temos que ter a certeza que na Europa Social as necessidades básicas dos cidadãos são satisfeitas através de sistemas de segurança social sólidos, que asseguram a todos um lugar na sociedade.

Numa altura em que vivemos na dificuldade de atingir os objectivos de Lisboa, há aqueles que propõem que deveríamos abandonar a luta. A esses eu digo que devemos renovar e reforçar os nossos esforços. Devemos fazer mais do que ajudar as pessoas a saírem da pobreza; devemos certificar-nos de que as

peças não caem na pobreza. As ligações com outros Ministérios, a nível nacional, como as ligações com o Ministério da Igualdade de Oportunidades da Bélgica são também um importante factor de sucesso.”

A **Ministra Maria Arena** felicitou os organizadores pelo espírito de abertura e de diálogo deste Terceiro Encontro, aguardando com grande expectativa as mensagens a transmitir na reunião do Conselho. Salientou ainda o importante papel de todos os participantes em levarem consigo estas mensagens para cada um dos países que representam.

A **Ministra Jacobs** começou a sua intervenção declarando ser uma honra participar neste Terceiro Encontro. Fez uma alusão ao relatório do Segundo Encontro onde se pode ler que, um processo participativo exige, por parte dos decisores políticos, uma capacidade real de escuta. A Ministra prosseguiu expondo as suas próprias convicções relativamente ao valor do “escutar” e do “reunir”:

- “Entendemos melhor quando aqueles que nos falam nos olham directamente nos olhos.
- A qualidade das políticas aumenta quando integramos o conhecimento daqueles a quem as políticas são dirigidas.”

”Como Ministra da Solidariedade Social, sempre procurei reunir-me com as pessoas directamente afectadas pelas políticas que são da minha responsabilidade. A dimensão do território nacional do Luxemburgo facilita, evidentemente, este tipo de contactos!”

A **Ministra Jacobs** continuou apontando alguns princípios de base, como por exemplo:

“Na sociedade de hoje, as políticas sociais, especialmente as que se situam no âmbito da inclusão, já não se baseiam no princípio da caridade mas sim, em obrigações transversais e conjugadas. O compromisso da sociedade em promover o acesso de todos os cidadãos a condições de vida dignas deve ser acompanhado pelo compromisso de cada indivíduo se envolver e fazer os esforços necessários para concretizar esse acesso. O princípio de obrigações transversais dá uma dignidade às pessoas dela destituída: dá-lhes o estatuto de actores e não o de pessoas que são ajudadas. O relatório publicado depois do Segundo Encontro é bastante claro a este propósito, quando refere que:

*‘A participação é um direito e não um favor.’*

Neste ponto, gostaria de vos lembrar uma conclusão do Conselho Europeu de Março de 2004, que me parece particularmente importante, no contexto que nos reúne aqui hoje. O Conselho Europeu convida os Estados Membros a criarem - “Parcerias para a Reforma”. Estas parcerias devem envolver a sociedade civil na promoção de políticas, que fazem avançar a estratégia de Lisboa. Ao nível das políticas sociais, estas parcerias devem fazer de tudo, para promover a

participação activa dos cidadãos na construção de uma Europa Social. Se o convite do Conselho Europeu for aceite, os Estados Membros devem organizar estas parcerias a nível nacional. Tenho a certeza que estas parcerias serão do vosso interesse!

Uma parceria entre todos os actores implica a participação activa de todos os cidadãos – o que significa vós. Se me permitem dar o exemplo do caso específico do Luxemburgo: no dia 6 de Maio de 2004, foi aprovada uma nova lei que dá às organizações não governamentais que lutam contra a pobreza e a exclusão social, o direito de serem membros do Conselho Superior de Acção Social. Isto simboliza uma mudança na política para uma participação alargada à sociedade civil.

Claro que este passo, que envolve a participação das pessoas em situação de pobreza através das organizações que as representam, pode desapontar os que exigem uma participação mais directa. No entanto, gostaria de lembrar que as nossas democracias estão organizadas de forma representativa. As organizações que representam as pessoas em situação de pobreza são os “Aliados” que estabelecem a ponte entre os grupos ou pessoas desfavorecidas e as autoridades civis. As autoridades do Luxemburgo estão dispostas a ter em conta as suas mensagens.

Desejo-vos um trabalho profícuo, fazendo-vos desde já uma promessa: o Luxemburgo terá o maior prazer em organizar o Quarto Encontro, no âmbito da presidência da UE, num espírito de apoio e colaboração semelhante ao do Terceiro Encontro, envolvendo a EAPN, o Governo Belga e a Comissão Europeia.”

**Odile Quintin** começou por dizer que o Terceiro Encontro simboliza o compromisso da União Europeia de erradicar a pobreza, o que constitui um dos maiores desafios com que são confrontados os sistemas de protecção social, demonstrando que a abordagem adoptada pela UE para reformar estes sistemas, aborda todas as dimensões da protecção social. Mas esta reforma só pode ser bem sucedida se as pessoas em situação de pobreza participarem activamente na luta contra a exclusão. A Europa Social deve beneficiar toda a gente, tanto pela via da criação de emprego como pela luta contra a exclusão. Não faria sentido se esta Europa Social existisse apenas para as empresas e para os políticos.

Desde que a União Europeia decidiu, em Dezembro de 2000, coordenar as políticas nacionais de luta contra a pobreza, adoptou um importante objectivo: o envolvimento e a mobilização de todos os actores, começando pelas pessoas que vivem em situação de pobreza. A Carta dos Direitos Fundamentais proclama não só o direito de todo o cidadão viver em dignidade, com recursos suficientes e habitação, mas também, o direito à saúde e à educação. O envolvimento das pessoas implicadas na luta contra a pobreza, especialmente a nível local, é uma consequência lógica deste direito à dignidade.

O período em que as políticas eram elaboradas por um “punhado” de funcionários que “sabiam” o que era melhor, mudou. Hoje, a voz das pessoas implicadas torna-se mais importante para as decisões políticas. Um exemplo disto foi dado no primeiro seminário do *Peer Review* (Revisão dos Pares) no domínio da inclusão social, que teve lugar no passado mês de Abril, em Estocolmo, na Suécia. Este mostrou que os planos preparados pelas associações locais eram um importante elemento das estratégias locais de luta contra a exclusão social. Mas, é preciso fazer muito mais para implementar formas estruturadas que garantam a participação das pessoas em situação de pobreza. É no entanto encorajador que, desde a preparação dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão de 2003, vários países tenham reforçado a participação de pessoas excluídas e a consulta das ONG’s que as representam.

Entretanto, existe ainda a tendência de alguns Planos Nacionais de Acção serem meros relatórios descritivos, em vez de verdadeiros planos estratégicos de acção. Os Planos de 2003 mostram também que muitos Estados Membros estão preparados para reforçar a luta contra a exclusão através de uma abordagem mais integrada e com metas mais ambiciosas. Além de que, alguns foram bem sucedidos na redução do número de pessoas em situação de pobreza de longa duração.

Em alguns países, o abrandamento da economia e a subida do desemprego traduziu-se num aumento do número de pessoas em risco de pobreza, principalmente entre os grupos vulneráveis; por outro lado, problemas de saúde mental, alcoolismo e toxicodependência continuam a ferir e a debilitar as nossas sociedades. Estas situações locais justificam a integração da luta contra a exclusão num quadro mais global, onde a modernização e a reforma dos sistemas de Protecção Social se conjugam com uma abordagem directamente centrada nos grupos que enfrentam as maiores dificuldades. A nível Europeu, este processo de integração ou de racionalização – *streamlining* – dos objectivos comuns para a reforma dos sistemas de pensões, a luta contra a exclusão social e a modernização dos sistemas de saúde já começou e terminará em 2006.

Os 10 novos Estados Membros apresentarão os seus primeiros Planos Nacionais de Acção para a Inclusão até ao final de Julho de 2004, e graças a este Encontro, estes “planos de acção” podem estar mais próximos das necessidades fundamentais das pessoas em situação de pobreza. Nos novos Estados Membros, onde a sociedade civil ainda não é, muitas vezes, suficientemente estruturada, a elaboração dos primeiros “Planos de Acção” deve incitar os decisores políticos a mostrarem-se mais ambiciosos. Os encontros precedentes sublinharam a necessidade de dispor de suficientes recursos financeiros e humanos, para garantir a participação das pessoas em situação de pobreza. Mas, é também importante dar o tempo necessário a esta participação, e construir um clima de confiança mútua e de respeito entre os diferentes actores.

Esperamos que as ONG’s sejam estimuladas por este processo, que obriga cada um de nós a reflectir sobre as estratégias para combater a exclusão, fixar

objectivos e participar na sua implementação. A Estratégia Europeia contra a exclusão social compromete-nos a avançar para a próxima etapa. As organizações da sociedade civil não podem ser apenas uma força de protesto. Numa altura em que o projecto de uma nova Constituição para a União faz da política social um dos três pilares da democracia europeia, elas devem tornar-se actores no desenvolvimento da política social.

**Isabelle Leborgne** iniciou a sua alocução, no Segundo Encontro das Pessoas em Situação de Pobreza, lembrando que a chegada dos 10 novos Estados Membros faz soprar um vento de optimismo que não pode fazer-nos esquecer os desafios aos quais a nova Europa dos 25 tem que dar resposta. Nos antigos 15 Estados Membros, os planos nacionais de acção 2003-2005 estão já em fase de avaliação. O Terceiro Encontro transporta-nos para uma nova dimensão, baseada no entanto, no trabalho decorrente dos encontros anteriores.

“No último Encontro, constatamos a nossa falta de conhecimento sobre a aplicação dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, que eram um instrumento desconhecido para muitos de nós. Em conjunto, descobrimos e experimentamos a aprendizagem e o distanciamento que permite um nível de análise mais real e fidedigno das situações (base da construção da participação) apesar das dificuldades encontradas.

Tenho uma forte lembrança desta vontade de persistir neste trabalho, para descobrir e compreender o funcionamento da participação, e de se encontrarem os instrumentos e os meios indispensáveis à sua eficácia na luta contra a pobreza. Na sessão de encerramento do ano passado, sentimo-nos orgulhosos e fortalecidos pelo trabalho desenvolvido com dignidade, sofrimento e lucidez e também muito conscientes do caminho que ainda temos que percorrer.

Percebemos que o nosso trabalho não era apenas para ser feito “entre nós”, mas que deveria ser integrado no trabalho de cada Estado Membro e no contexto da Europa Social. Convidamos parceiros políticos e económicos a envolverem-se nesta nova etapa de diálogo construtivo. Os membros deste Encontro trazem consigo a pobreza como experiência vivida. Nós temos um papel a desempenhar na democracia dita “participativa”. Organizando e estruturando a informação e as propostas deste Terceiro Encontro, seremos capazes de estabelecer a parceria necessária com os decisores políticos, a nível europeu e em cada um dos Estados Membros.

Há sinais encorajadores. No final de Junho, em França, o ministro responsável pela luta contra a precariedade e a exclusão, organizou uma conferência nacional sobre a luta contra a exclusão e a favor da inserção. Este evento foi precedido por quatro grupos de trabalho sobre as seguintes temáticas:

1. Participar num projecto (*ser actor num projecto*)
2. Acesso aos direitos
3. Sem-abrigo
4. Habitação

O governo francês comprometeu-se a organizar a sensibilização e a divulgação pública sobre a luta contra a exclusão, incluindo uma declaração sobre esta matéria no Plano Nacional de Acção para a Inclusão. Estes exemplos são certamente comuns a muitos outros Estados Membros e representam os efeitos positivos da participação baseada a nível local.

Gostaria de vos deixar uma mensagem de esperança, especialmente para os que participam neste Encontro pela primeira vez:

O Senhor Jean Monnet, um dos fundadores da Europa disse: “Nós não juntamos estados, nós unimos pessoas.”

Antes de se iniciarem os workshops, gostaria de reiterar os meus agradecimentos à EAPN, à sua presidente e a toda a equipa, por todo o trabalho levado a cabo na organização destes encontros. A EAPN mostra a face viva e real da pobreza na Europa. Gostaria também de agradecer à Presidência Irlandesa, pelo apoio e pelo espírito de parceria demonstrada pelos representantes políticos que aqui participaram. Saúdo a equipa de intérpretes que tiveram a árdua tarefa de nos ajudar a compreender uns aos outros. Finalmente, gostaria de dar as boas-vindas a todos os participantes. Cada um de vós é embaixador do seu próprio país e tenho a certeza de que estão todos orgulhosos desse papel.”

## **Intercâmbio de Experiências: relatórios dos Workshops**

### **1. Relatório: Workshop Azul**

Moderador: Peter Kelly, Scottish Poverty Alliance,

Relatora: Danielle Dierckx, Bélgica

Secretariado: Geza Gosztonyi, Hungria

#### **1.1 Os Processos da Participação:**

Este workshop analisou cuidadosamente os processos da participação, especialmente a nível local e nacional. A confrontação de experiências permitiu explorar as ligações entre a discriminação económica e a discriminação social.

<b>Ligações entre a discriminação Económica e a discriminação Social</b>
--

“Nós apenas reivindicamos os nossos direitos. Obter uma autorização de residência, não significa que temos direitos. Antes da União Europeia ser constituída, os ciganos circulavam por toda a Europa e tínhamos bem menos problemas do que hoje.”
--

Participante de Itália

“A situação degradou-se e as leis tornaram-se mais restritivas. Tenho dúvidas quanto à evolução na legislação. Nós sentimo-nos excluídos e rejeitados. Quando um país aceita migrantes é
--

apenas para os explorar.” Participante de Espanha
“Trabalho com ciganos em Espanha. Na Europa, somos uma minoria étnica e somos rejeitados em todo o lado, seja do ponto de vista económico, social ou cultural. Depois do alargamento da UE, seremos uma larga minoria na União Europeia.” Participante de Espanha
“Em Itália estive preso durante 20 anos. Actualmente, é difícil participar na sociedade. Por vezes sinto-me totalmente perdido. Trabalho neste momento, com ex-reclusos e ajudo-os no seu processo de reinserção. Não devemos apenas exigir coisas dos governos. Devemos também trabalhar sobre a questão da informação. Lidamos muitas vezes com ex-reclusos ou toxicodependentes, que são antes de tudo seres humanos. Nós deveríamos fazer pressão – <i>lobby</i> – começando pelo nível mais baixo da administração. Os funcionários públicos têm que compreender as pessoas e a importância da participação.” Participante de Itália

Um dos principais problemas que surgiu no debate, baseado na experiência directa dos participantes, foi a falta de uma participação igual. Os requerentes de asilo, os refugiados, os trabalhadores migrantes, e as minorias étnicas, são os grupos em que a ausência de uma voz activa no contexto político é mais extrema. A inexistência de modelos de participação para as minorias étnicas europeias, por exemplo, para os 12 milhões de ciganos, constitui uma enorme barreira a qualquer progresso nesta matéria. O workshop constatou que as pessoas que experienciam a pobreza e a exclusão não são apenas excluídas do campo político. Por exemplo, as pessoas que são confrontadas com as formas mais extremas da discriminação são igualmente as mais susceptíveis de acabarem na prisão. O workshop prosseguiu analisando as ligações entre a discriminação e a participação mais alargada na sociedade civil, o que um participante resumiu numa frase: “Nós temos o direito de existir, o direito de cidadania mas estes direitos estão ausentes na nossa vida quotidiana.” Um exemplo de boas práticas em Espanha mostra como é que uma campanha pode unir as pessoas para ultrapassarem as suas frustrações.

<b>Exemplo de Boas Práticas em Espanha</b>
<b>“É aqui que vivo; é aqui que eu voto”</b> A nossa campanha articula-se em torno de um conjunto de reivindicações: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Uma mudança na legislação</li> <li>▪ A participação plena dos estrangeiros que residem legalmente no país</li> </ul> Estabelecemos os contactos entre os estrangeiros e os políticos, e organizamos eleições alternativas à margem das eleições oficiais. Chamamos também a atenção da comunicação social com manchetes do tipo: “6.000 <i>migrantes</i> privados do seu direito de

voto”.

## 1.2 Exemplo da política de participação na Finlândia

A análise da ligação entre medidas de luta contra a pobreza, as medidas de luta contra a discriminação e a participação alargada da sociedade civil foi seguida de um debate dos resultados do estudo sobre os mecanismos estruturais. O debate desenrolou-se em torno do exemplo de uma estrutura finlandesa de apoio à participação.

Na Finlândia, o Governo estabeleceu ligações entre as medidas de luta contra a pobreza e o desenvolvimento da sociedade civil, através do Programa Político do Governo em matéria de participação civil, que é um dos quatro Programas Políticos que cobrem o período 2003-2007. Trata-se de um projecto de democracia nacional que visa favorecer a participação civil e reforçar o funcionamento da democracia. O objectivo é criar e melhorar as oportunidades para a participação cidadã e eleitoral, educar sobre as vantagens da democracia e reforçar a democracia representativa. É dada uma atenção especial à integração de jovens com baixa escolaridade e rendimentos, que estão já em situação de exclusão ou em risco de ficarem.

Maija Pulli, **Työttömien Valtakunnallinen Yhteistoimintajärjestö (TVY) – Organização Nacional de Desempregados da Finlândia** - apresentou alguns dos problemas encontrados na implementação deste programa político. Por exemplo, o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) - como a TV digital - não é acessível às pessoas que não têm dinheiro. O governo fala de novos desafios; quer deliberar com os cidadãos; quer aumentar as taxas de voto e o número de filiações partidárias. Procuram novas formas de participação: partindo do local para o global. Há todo um trabalho de educação e desenvolvimento à volta da cidadania. No entanto, existe um perigo que, “é o facto de se usarem palavras bonitas mas que não passam aos actos.” Para que esta política seja bem sucedida é necessário que surjam acções concretas e visíveis.

## 1.3 De 15 a 25 – o alargamento da União Europeia

O potencial de ligar a agenda da luta contra a pobreza e as medidas para aumentar o envolvimento da sociedade civil é reforçado graças às novas oportunidades surgidas com o alargamento da UE. O ritmo das mudanças não é muito animador, sobretudo nos novos Estados Membros, sendo necessário fazer-se uma análise mais aprofundada e elaborar um programa de acção bem definido.

### Experiências de estruturas e de organização

“Na Bulgária, o aumento da pobreza e a estagnação da participação está a desiludir as pessoas. O principal sucesso terá sido a nossa associação à EAPN.”

Participante da Bulgária

“Nós reforçamos as redes representando as pessoas que vivem em situação de pobreza em comités, por exemplo sobre os

<p>direitos dos utentes. Quando eu era membro de um comité deste género, recolhi muita informação que transmiti a outras mães. É uma forma de nos fazermos representar.”</p> <p>Participante da França</p>
<p>“Reforçamos a participação, trabalhando em pequenos grupos. Na nossa rede temos 10 grupos. Muitas pessoas excluíram-se a si próprias. Começamos com estes grupos e prosseguimos estabelecendo ligações com grupos mais alargados. De seguida iniciamos o nosso trabalho de <i>lobby</i>. Isto pode funcionar desde que os laços sejam reforçados e que tenhamos um bom circuito de comunicação e informação, que vem das bases e que retorna às bases.”</p> <p>Participante do Reino Unido</p>
<p>“Se nos expressamos, incomodamo-los. Quando tomamos a palavra é-nos pedido para dizermos o que eles querem ouvir. Quando criam empregos para nós, são apenas uns dias de trabalho mal remunerado que não nos conduz a um emprego estável. É um ciclo vicioso, andamos de formação em formação. Deveríamos, pelo menos, pedir contratos mais longos. Os empregadores podem recrutar-nos a baixo custo, mas então qual é a sua responsabilidade?”</p> <p>Participante de França</p>
<p>“É necessário uma harmonização de indicadores!! De outra forma as ONG's não falam a uma só voz. Trata-se de medir a participação. É necessário fazer uma avaliação dos Planos Nacionais de Acção. É uma pena que não esteja aqui presente um representante do Ministério Francês, responsável pela coesão social.”</p> <p>Participante de França</p>
<p>“Eu gostaria que cada país organizasse um encontro como este, a nível nacional, de forma a influenciarmos os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão.”</p> <p>Participante de Itália</p>

#### 1.4 O trabalho em rede segundo uma abordagem *bottom up*:

De uma maneira geral, os comentários mostraram que a falta de participação era mais evidente onde não existiam relações com as estruturas governamentais. Por outro lado, e numa perspectiva positiva, os participantes disseram que, actualmente, os governos reconhecem que a participação é incontornável. A participação e a mobilização fazem parte da agenda política, favorecem a continuidade. Houve bastante debate sobre como organizar a participação de forma a dar voz às pessoas que vivem em situação de pobreza. Os participantes da França descreveram como fazê-lo através de uma abordagem ‘bottom-up’ ao trabalho em rede, que torna a participação mais sustentável.

A discussão sobre as estruturas remeteu também para os diferentes níveis de poder que têm que ser envolvidos. Em alguns países, como por exemplo na

França e na Alemanha, o nível regional é muito importante. Houve também algumas experiências onde as estruturas existiam para facilitar a participação, mas submergiam num sistema burocrático. Houve ainda relatos de experiências positivas relativamente à segunda ronda dos PNAI's. Nestes Planos houve mais participação e um maior reconhecimento da importância da visibilidade, da transparência e do diálogo.

## **2. Relatório: Workshop Verde**

Moderador: Léopold Vereecken, EAPN Bélgica

Relatora: Justyna Wilga, ATD

Secretariado: Clara Fonseca, EAPN

### **2.1. Da experiência à disseminação**

O tema principal deste workshop baseou-se na imagem da pobreza que pretendemos projectar na opinião pública. O debate centrou-se em torno das seguintes questões:

- Como disseminar esta informação, e para quem?
- Como fazer com que a nossa experiência seja conhecida pelas autoridades, e o que fazer para que estas autoridades se juntem às nossas reivindicações?
- O que é que fazemos para melhorar as nossas vidas?

Um grupo da Bélgica descreveu um modelo em que um conjunto de pessoas em situação de pobreza, afectados pela privatização da energia, mobilizou um *lobby* eficaz e activo a nível local, regional, federal e europeu. Milhares de pessoas contribuíram para a elaboração de um parecer que foi enviado aos políticos. O projecto reclama que a directiva comunitária sobre a Privatização da Energia torna a situação das pessoas que vivem na pobreza ainda mais vulnerável. Os cortes na electricidade são a primeira etapa para a exclusão social e é óbvio que é impossível participar na sociedade sem acesso à energia. Uma política de privatização da energia é um presente para as empresas, algumas das quais fogem aos impostos. A questão da privatização dos serviços públicos surgiu como uma questão de base, provando que uma política europeia pode ter um efeito secundário e acentuar a pobreza e a exclusão social.

#### **Um Modelo de Mobilização**

O projecto "Pobreza e Energia", apoiado pela EAPN Bélgica, pretende organizar pessoas em situação de pobreza para que possam reivindicar o seu direito à energia. Começou com um grupo de mulheres em Turnhout, cujo fornecimento de electricidade ou gás foi cortado, facto que chamou rapidamente a atenção de toda a Flandres. O projecto obteve resultados concretos: os cortes de electricidade já não são imediatos; não podem ser efectuados por um único fornecedor; e estão sujeitos a um processo legal. Devido aos resultados, à publicidade e ao interesse por parte dos políticos, as pessoas envolvidas estão muito motivadas para participar em reuniões e

encontros. O agente de desenvolvimento comunitário é responsável por assegurar que as pessoas estão envolvidas em TODOS os aspectos da campanha, actuando como o ponto de contacto, o interlocutor:

**Trabalhar em conjunto é gratificante:**

- Estabeleceram-se relações com outras organizações que lutam pela mesma causa
- Todos os contactos com os parceiros são feitos em concertação com o grupo alvo
- As reivindicações do projecto são também apresentadas a peritos para garantir que estas são cientificamente fundamentadas
- Os resultados do projecto são largamente divulgados. Diferentes serviços públicos requerem sessões de informação
- Existe um diálogo entre o projecto e os decisores políticos.

Agente de Desenvolvimento Comunitário: Mieke Clymans PRISO, Steunpunt, Turnhout, Bélgica

Numerosos participantes conheceram experiências semelhantes e explicaram como os cortes de electricidade e gás conduziram à perda das suas casas e ao desmembramento das famílias. Na Dinamarca, por exemplo, um dos participantes tornou-se sem abrigo devido à incapacidade de pagar a conta de electricidade. O seu problema com a bebida transformou-se num problema de alcoolismo e levou à quebra dos laços familiares. Na Lituânia, um aumento de 6-7% da taxa de IVA sobre o aquecimento está também a causar problemas e muitas pessoas não têm capacidade para pagar a factura da energia.

<b>Cortes de gás e electricidade: experiências vividas</b>
“Na Polónia, não são apenas as ONG’s que não conseguem pagar as contas de electricidade; até os caminhos-de-ferro sofreram cortes. A prática do momento é fechar algumas das linhas mais pequenas. Isto gera desemprego” Participante da Polónia
“Como o Estado é o único fornecedor, é livre de impor uma taxa muito elevada para ligar a electricidade”. Participante de Portugal
“Depois de um corte, o custo da ligação é enorme”. Participante da Polónia
“Com a privatização da água, a situação dos acampamentos ciganos corre o risco de se agravar” Participante de Portugal
“Quando se sobrevive com o rendimento mínimo (Minimex), com filhos em idade de crescimento, é difícil pagar as contas da electricidade” Participante da Holanda
“Na Bélgica, há 5 ministros responsáveis pela energia; é difícil contactá-los para chamar a sua atenção. Todos têm as suas próprias casas e portanto não partilham da nossa experiência.” Participante da Bélgica

A campanha sobre os serviços públicos foi semelhante à que a Associação BARKA levou a cabo, na Polónia, no domínio do emprego. Os participantes falaram sobre a importância do apoio, da formação, da educação e das oportunidades de emprego. O ciclo vicioso pode ser quebrado quando existem apoios que permitem às pessoas auto-organizarem-se. Até ao momento, estas oportunidades são demasiado limitadas no tempo o que não permite obter resultados a longo prazo.

### **Criação de oportunidades de emprego e de formação**

“Contactamos as autoridades para apresentarmos os resultados do nosso trabalho. Mostramos-lhes como é que nos educamos, como seguimos terapias (para os alcoólicos), como, através do nosso trabalho, mudamos as nossas vidas. Mostramos-lhes que somos capazes de tomarmos conta de nós próprios. Muitos ministros visitaram a nossa escola e o nosso trabalho. Não acreditavam que eu era alcoólico e que estava a ultrapassar graves problemas. Nem mesmo eu poderia imaginar, que ao fim de 6 anos, tivesse estudado e obtido o meu diploma. O testemunho das nossas vidas dá-nos credibilidade aos olhos das autoridades e a nossa experiência de vida serviu para ajudar a preparar legislação, especialmente sobre o emprego social (cooperativas sociais). Esta legislação dará às ONG’s os meios para promover o espírito empresarial entre as pessoas que vivem na pobreza, que podem, graças ao estatuto privilegiado das cooperativas, criar oportunidades de emprego e de formação.”

Participante da Polónia

## **2.2 Direito aos Serviços Básicos**

Os sistemas de segurança social correm o risco de se parecerem cada vez mais com sistemas de caridade, enquanto que outras políticas acentuam o fosso entre ricos e pobres. Isto tem como efeito o reforço da dualização; teremos assim uma Europa a duas velocidades. O que é que pode ser feito para garantir os serviços básicos? Sem as estruturas básicas de participação isso é impossível. Um exemplo claro, retirado das discussões do workshop, é o das limitações à mobilidade dos europeus, especialmente quando as infra-estruturas para as pessoas com deficiência são tão limitadas.

### **O Direito aos Serviços e ao acompanhamento – Não à caridade**

“Na Finlândia, o direito à habitação, aos cuidados de saúde, à educação e à informação é garantido, mas existe ainda o problema do desemprego cuja taxa se situa nos 10%, sendo ainda mais alta entre os imigrantes que não falam finlandês. Estes não podem estudar nem informar-se. Aprender a língua é difícil mas nós queremos fazer parte da sociedade. O que é que podemos fazer para evitar que a segurança social não se converta em caridade para os imigrantes?”

Participante da Finlândia

“Já fui dependente de álcool mas não posso passar a vida a lamentar-me por

isso. Agora sou dependente de 'Kofoed's Skole' porque ela me ajudou a melhorar a minha vida."

Participante da Dinamarca

"Já fui dependente de heroína, mas há já um ano que tenho um emprego graças à BARKA."

Participante da Polónia

### 2.3 Estrutura e organização

Os participantes no workshop expressaram as suas opiniões sobre o estudo dos mecanismos estruturais. Para centrarem o debate, partiram do exemplo do Serviço de Luta Contra a Pobreza da Bélgica. As autoridades criaram esta iniciativa como uma forma de consultar as organizações e associações. A participação é a principal metodologia de trabalho.

"Nós damos bastante importância à palavra escrita. No fim de cada encontro, verificamos se compreendemos bem o que está escrito. Os documentos escritos são muito importantes porque permitem às pessoas que participaram nas reuniões transmitir aos outros, os conteúdos e o trabalho realizado. As nossas discussões estão abertas aos profissionais (da saúde ou da habitação) ou a outros grupos, como por exemplo, as associações de moradores. Nós ensinamos as pessoas a ler e a compreender textos. Tanto que, peritos legais surpreendem-se muitas vezes com a pertinência das questões colocadas por pessoas em situação de exclusão. De dois em dois anos preparamos um relatório que é submetido à apreciação do governo."

Baseados nas lições retiradas da experiência, nós necessitamos de:

- Um registo escrito dos encontros
- A oportunidade de trabalhar em rede e de nos reunirmos
- O desejo de dialogar (o que é raro da parte das autoridades); diálogo que deve ser baseado na troca mútua e não na caridade
- Garantir que os excluídos têm a oportunidade de se expressarem e de se fazerem ouvir
- Formação

Outros participantes reflectiram sobre esta experiência no debate.

#### **Estruturas e Organização: A voz da experiência**

"Precisamos de trabalhar em rede e encontrar parceiros que sabem como fazer-se ouvir, por exemplo, os sindicatos e os órgãos de comunicação social. As acções e as parcerias têm um efeito bola de neve."

"A colaboração com vários intervenientes; por exemplo, as pessoas em situação de exclusão devem procurar obter a colaboração das universidades para fundamentar as suas reivindicações e preparar projectos."

"As pessoas excluídas devem dar uma imagem activa delas próprias; devem mostrar que são capazes de tomar iniciativas para mudar as suas vidas, são

capazes de se expressarem no seio das associações, de implementarem projectos com outros grupos, de receberem formação, etc.”
“Nós temos um workshop sobre o emprego onde trocamos experiências sobre o mercado de trabalho; também dialogamos com delegados sindicais e empresários. O conteúdo destes debates é cuidadosamente registado, lido e aprovado antes de constituir o relatório final. Este esforço, assim como a consulta dos parceiros, requer tempo, mas é um exercício necessário.” Participante da Bélgica
“Em Portugal é difícil criar uma rede que reivindique os nossos direitos. O governo corta o financiamento às redes para as enfraquecer. Nós não exigimos muito, apenas que não nos retirem os financiamentos.” Participante de Portugal
“O nosso projecto é financiado pelas autoridades Flamengas, que não nos cortam os financiamentos porque temos um bom relacionamento com elas. Somos nós que escolhemos o tema. A maior parte do trabalho da rede é efectuada por voluntários, nomeadamente as visitas a pessoas em situação de pobreza.” Participante da Bélgica

### 3. Relatório: Workshop Laranja

Moderador: Robin Hanan, EAPN Irlanda  
 Relator: José Goris, Bélgica  
 Secretariado: Klaus Boehlke, Alemanha

#### 3.1 Factores de Sucesso

A experiência de todos os que participaram no workshop mostrou que a pobreza está a aumentar na Europa, ao mesmo tempo que aumenta também a riqueza - os ricos ficam mais ricos. Por outro lado, os sistemas de protecção social estão enfraquecidos e menos eficazes. Neste contexto, vale a pena perguntar: faz algum sentido falar de participação?

A participação é importante para manter a pobreza na agenda política, sendo também um instrumento de sensibilização para que possamos desenvolver acções estruturais nesta matéria. A participação é bem sucedida quando o nosso trabalho ganha visibilidade. Por outro lado, a participação não é suficiente para corrigir medidas ou políticas sociais que não são implementadas.

Os principais pontos em discussão foram:

- Um factor importante de sucesso é a visibilidade das organizações e das acções que desenvolvem. Alguns exemplos: manifestações de rua, dossiers, brochuras, acções e demonstrações.
- É importante manter uma pressão constante sobre o governo até se obter o seu compromisso

- Outro factor para o sucesso é unir forças e constituir redes de organizações com objectivos comuns
- A colaboração com outras organizações, como os sindicatos, é outro factor de sucesso
- Fazer *lobby* junto dos políticos de forma a influenciar as suas decisões e a elaboração de políticas

Da troca de experiências no workshop, surgiu que, em muitos países, os representantes eleitos cortam o diálogo com as ONG's. Não querem ouvir o que os cidadãos têm para lhes dizer, argumentando que as matérias sociais são da sua responsabilidade. O grupo participante neste workshop decidiu fazer deste ponto um tema chave para o debate em plenário.

### 3.2 As redes para a participação

Um estudo de caso irlandês serviu de exemplo para apresentar os resultados do inquérito sobre os mecanismos estruturais. Na Irlanda existem 10 redes nacionais que mantêm relações formais com o Governo, na implementação da Estratégia Irlandesa de Luta contra a Pobreza. Cada rede mantém a sua autonomia e identidade enquanto organização não governamental, mas recebe financiamento do Governo. Cada rede tem de apoiar as acções conduzidas localmente (pelos seus associados) para lutar contra a pobreza e influenciar as políticas; os membros da rede podem ser áreas geográficas, populações e/ou indivíduos em situação de pobreza. Uma destas redes concentra-se nas necessidades específicas de famílias monoparentais.

<b>Famílias monoparentais: uma prioridade</b>
<p>Maria Creighton pertence a um grupo local que apoia famílias monoparentais. Na sua intervenção explicou de que maneira as redes promovem a participação, com base na sua experiência na OPEN, uma rede irlandesa de famílias monoparentais. “A mensagem que gostaria de vos deixar aqui hoje, é que se forem dadas oportunidades aos pais sós, eles aproveitam-nas. Queremos independência económica e acima de tudo queremos o reconhecimento pela diversidade da estrutura familiar. Nós somos famílias reais. A nossa rede nasceu da ideia que os grupos se poderiam reunir para partilhar informação, formação e apoio. A nossa ética foi sempre a da autopromoção. Pais sós lideram grupos locais, integrando também os seus corpos dirigentes. Pessoalmente, estive desempregada e com uma criança pequena a meu cargo. A rede é financiada pelo programa INTEGRA e seis de nós pudemos participar num programa de formação. Se a OPEN não tivesse tomado a guarda das crianças e não tivesse providenciado o dinheiro para as viagens eu nunca poderia estar aqui hoje. Esta é a primeira e última vez que uma organização me ofereceu o tipo de apoio que os pais sós necessitam.”</p>
<p>“Muitos países europeus dispõem de políticas bastante sofisticadas. Infelizmente, este não é o caso da Grécia”.</p> <p>Participante da Grécia</p>
<p>“Na Suécia é também difícil ser-se pai ou mãe solteiro(a), mas</p>

beneficiamos de numerosos e preciosos apoios. É fácil conseguir a guarda de crianças. É-nos também permitido, enquanto pais sós, ficar em casa com remuneração durante 18 meses. Temos ainda uma pensão extra todos meses, o direito a rendas reduzidas e a uma ajuda familiar. Neste ponto de vista, somos privilegiados mas, mesmo assim, há ainda muitas crianças que são vítimas da pobreza.”  
Participante da Suécia

### 3.3 Recursos Materiais

Uma das condições essenciais para o sucesso do processo da participação é que um certo número de grupos disponha dos recursos materiais para se envolverem em tal processo. O apoio por exemplo, sob a forma de uma melhoria das instalações para a guarda e transporte de crianças, o que permitiria aos pais de famílias monoparentais aumentarem o seu nível de participação na sociedade. Os imigrantes estão também excluídos da participação devido às exigências administrativas. Os processos burocráticos a que têm que se submeter, para obterem os papéis e o estatuto legal, são lentos e cheios de procedimentos complicados, o que consome toda a sua energia. Também aqui não há lugar para a participação. As crianças são particularmente vulneráveis. Apoio aos indivíduos e grupos que estão dispostos a desenvolverem iniciativas e intervenções, poderia evitar que as pessoas caíssem nas malhas da pobreza persistente.

#### Participação e Financiamento

“A participação e os recursos andam de “mãos dadas”. Se queremos combater a pobreza a longo prazo, não podemos ter um sistema de financiamento dependente de projectos (a curto ou médio prazo). Temos parcerias de luta contra a pobreza e se formos levados a sério, a nível europeu, então devem-nos fazer chegar os recursos financeiros que permitem que o problema da pobreza seja finalmente erradicado”.  
Participante da Alemanha

### 3.4 A violação dos Direitos Humanos

Um homem da Bulgária, a quem raptaram o filho, explicou de maneira comovente que a pobreza é uma violação dos direitos humanos, que torna as crianças mais vulneráveis ao tráfico de seres humanos. Quando as crianças de famílias pobres são raptadas, nada é feito a nível europeu. Os participantes concordaram em colocar uma questão sobre esta temática ao painel de encerramento.

### **Tráfico de seres humanos**

A pobreza é um filão explorado por redes criminosas bem organizadas. O testemunho de um pai mostrou toda a vulnerabilidade das crianças que vivem em situação de pobreza. O seu filho, Savesin, foi raptado na rua em frente à sua casa, quando tinha sete anos de idade. Após vários anos de procura desesperada na Bulgária, este pai decidiu fazer greve de fome à porta das instalações das instituições europeias, em Bruxelas, para denunciar a passividade búlgara e a necessidade de intervenção, a nível europeu, contra o tráfico de crianças.

“Na Bulgária, a polícia não fez nada e quando eu decidi accionar a minha própria investigação disseram-me que poderia pôr em risco a vida do meu filho. Savesin, na minha língua, quer dizer “esperança”...., e ele é hoje um símbolo de esperança para todas as crianças raptadas.”

### **3.5. Chegar aos decisores políticos e à elaboração das políticas**

Uma das condições essenciais à participação (para que o processo seja bem sucedido) é que os políticos estejam abertos ao diálogo. Várias delegações presentes declararam não valer a pena tentar aceder às instâncias decisoras. Estas distanciam-se das associações, cortam as suas tentativas de diálogo e recusam-se a preocuparem-se com as “suas acções”. Os participantes discutiram diversas formas de abordar os políticos para que estes se envolvam, mais activamente, em debates com pessoas em situação de pobreza e exclusão social. Foi acordado que seria pedido aos membros do painel para se pronunciarem sobre este assunto.

### **Envolvimento na elaboração das políticas**

Na Grécia, estima-se que cerca de meio milhão de pessoas sofrem de uma deficiência, das quais 63%, na sua maioria jovem, ficou deficiente em consequência de acidentes rodoviários. Graças à iniciativa EQUAL, constituímos uma parceria de 16 organizações. O principal objectivo era promover a participação de pessoas com deficiências físicas porque existia muito pouca participação estruturada neste domínio.

Entre os numerosos parceiros figurava um canal da televisão nacional grega; tivemos assim para começar, uma forte campanha mediática sobre questões de deficiência física e de acessibilidade. 85% dos edifícios públicos gregos não são acessíveis a pessoas com deficiências físicas.

As associações e os movimentos de pessoas com deficiência foram envolvidas, não apenas na implementação, mas também na concepção de acções conjuntas. O facto de se ter envolvido pessoas das organizações de terreno fez a diferença. Este tipo de abordagem *bottom up* é uma boa forma de combater estereótipos.

É necessário começar a nível micro e evoluir depois para todos os outros níveis.

As políticas europeias de combate á exclusão social são muito “brandas”. Com o Método Aberto de Coordenação, a União Europeia tenta fazer com que sejam os próprios Estados Membros a assumir a responsabilidade sobre a inclusão social, deixando assim caminho aberto à sua boa vontade. Os participantes no workshop foram favoráveis a que a luta contra a exclusão social se inscreva num quadro legislativo mais “rígido”, que obrigue os Estados Membros a responder sobre esta matéria. Foi igualmente exigido mais trabalho sobre as normas comuns europeias, por exemplo, ao nível do rendimento mínimo. Uma parte deste trabalho poderia fazer-se a nível europeu.

Acordaram também perguntar a opinião dos membros do painel sobre os procedimentos a seguir para se obter uma resolução do Conselho Europeu que reforçasse a esfera do trabalho voluntário e associativo. É também necessário encontrar meios de garantir financiamento, ao mesmo tempo que se preserva a autonomia.

#### **4. Relatório: Workshop Púrpura**

Moderador: Philip Lonergan, Suécia

Relatora: Laura Calvanelli, Itália

Secretariado: Marja Hermans, Bélgica

##### **4.1 Condições de Vida e de Trabalho**

Uma das questões chave que emergiu da discussão foi a situação dos trabalhadores imigrantes que estão expostos a formas extremas de exploração. Estão excluídos das estatísticas da pobreza e destituídos de um rosto e de uma voz. O que é que pode ser feito par melhorar as suas condições de vida e de trabalho? Quando estes trabalhadores migrantes não têm visto para trabalhar estão ainda mais expostos à exploração. Devem ser tomadas medidas para dar visibilidade e legalidade à sua presença. O workshop discutiu a proposta que os trabalhadores imigrantes deveriam ter direito a voto, o que lhes permitiria dialogar com os políticos e reivindicar alguns direitos básicos.

A questão da habitação devoluta e precária, em muitas cidades, foi uma das preocupações dos participantes. A pobreza escondida está a aumentar entre as pessoas com deficiência, famílias que vivem só de um salário e famílias monoparentais.

<b>Condições de Vida e de Trabalho</b>
“O que vemos hoje é que muita gente jovem acumula 3 empregos mal remunerados, por exemplo, na restauração ou em hospitais, para conseguirem um salário “normal”. Na Suécia há falta de formação profissional para estes jovens”. Participante da Suécia
“Na Irlanda, nos Centros de Direitos dos Imigrantes, ajudamos e apoiamos trabalhadores imigrantes – tanto

européus como não europeus. Temos também um Fórum de Imigrantes onde convidamos pessoas, nomeadamente políticos. Documentamo-nos e investigamos a experiência dos trabalhadores migrantes que, muito frequentemente, fazem o trabalho mais sujo, mais difícil e mais perigoso. Existe também um Grupo de Apoio para imigrantes trabalhadores domésticos. Muitos deles trabalham para profissionais e são necessários para tomarem conta de crianças, pois cada vez mais, as mulheres trabalham na Irlanda. O seu estatuto de residência depende de um ou dois anos de visto de trabalho, o que torna fácil acabar rapidamente sem documentos. Os patrões usam o visto de trabalho como uma arma. Mesmo em casos em que o visto de trabalho não é exigido, existem frequentemente problemas com os impostos e os pagamentos da segurança social. Muitos imigrantes não têm consciência dos seus direitos e alguns empregadores não sabem que os imigrantes têm direitos.”

Participante da Irlanda

“Em Espanha, há trabalhadores imigrantes que fazem trabalho sazonal e vivem em condições deploráveis; não conhecem os seus direitos e são explorados. Algo deveria ser feito a nível europeu sobre este assunto”. Participante da Espanha

#### **4.2 Criar as condições para a participação**

Outra questão chave levantada foi a da heterogeneidade dos níveis de participação nos diferentes Estados Membros. A UE deveria definir critérios e directrizes precisas para garantir que a participação das pessoas em situação de pobreza seja uma realidade em cada país.

O co-financiamento deve ser concedido uma vez que é quase impossível para as pequenas organizações não governamentais acederem aos financiamentos da União Europeia. A participação das pequenas organizações passa igualmente pela formação e pela sua capacitação.

#### **Organizarmo-nos a nível local, regional e nacional**

“O nível local é o mais importante. É o primeiro passo para partilhar experiências com cidadãos que não têm normalmente a oportunidade de falar. Eu venho de Roma, onde estamos a experimentar uma nova forma de trabalhar, onde os representantes de governos locais se reúnem com as comunidades locais”.

Participante de Itália

“Há seis meses atrás, criamos um grupo de trabalho sobre o Plano Nacional de Acção, reforçando que precisamos de começar ao nível local. No Reino Unido há muitos compromissos no papel para encorajar a participação, mas

nós queremos uma participação real nos planos locais e regionais. A *task force* não se baseia numa série de pequenos planos, mas num processo que começa a nível local e se alimenta de planos mais gerais. Na Escócia por exemplo, há algumas estatísticas que podem ser introduzidas no Plano Nacional”.

Participante do Reino Unido

“Há um exemplo de um projecto que funciona bem em vários distritos; as autoridades deveriam aproveitá-lo. Não devíamos fechar projectos que apresentam bons resultados, ao fim de 6 meses. Precisamos de projectos de longa duração, que trabalhem em rede. Devemos retirar deles lições para evitar que os erros não se repitam noutros projectos”.

Participante da França

### **4.3 Novas formas de pobreza**

A falta de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação apresenta-se como uma nova forma de pobreza, especialmente para as crianças. As crianças não podem pesquisar na Internet se não tiverem acesso, o que aumenta a sua desvantagem na escola. Muito mais poderia ser feito a nível europeu para aumentar o acesso de pequenas organizações e grupos locais às novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

## Diálogo entre o Painel e os Participantes

Como foi referido no capítulo anterior, as discussões nos workshops abordaram um conjunto de problemáticas. A Sessão Plenária tomou a forma de diálogo entre os participantes que compunham os workshops e os membros do painel. As questões e respostas foram agrupadas por temas neste capítulo:

### Presidente da sessão:

**Professor Seamus O' Cinnéide, Universidade de Maynooth, Irlanda**

### Membros do Painel:

- **Mary Coughlan, Ministra dos Assuntos Sociais e da Família**
- **Maria Arena, Ministra da Integração Social, da Política das Grandes Cidades, da Igualdade de Oportunidades e da Função Pública, Bélgica**
- **Armindo Silva, Chefe de Divisão, Unidade de Exclusão Social, Direcção Geral do Emprego e Assuntos Sociais, Comissão Europeia**
- **Brigitte Weinandy, Membro do Comité Europeu de Protecção Social e Conselheira de Direcção, Ministério da Família, da Solidariedade e da Juventude – Serviço Nacional de Acção Social, Luxemburgo**
- **Ludo Horemans, Vice-presidente, European Anti-Poverty Network**

O **Professor Seamus O'Cinnéide** abriu a sessão lembrando aos participantes que a Presidência Irlandesa assumiu o compromisso de transmitir ao Conselho Europeu as recomendações e propostas do Terceiro Encontro das Pessoas em Situação de Pobreza e Exclusão Social. A **Ministra Mary Coughlan** comprometeu-se também a conjugar as constatações do Encontro com as conclusões da Conferência Europeia sobre Família e Inclusão Social e as da Conferência Europeia sobre Imigração. O Professor Seamus O'Cinnéide, convidou um dos participantes, Sandra Christian da Holanda, a apresentar algumas das conclusões da Conferência sobre Família e Inclusão Social.

#### **Testemunho sobre a família: Sandra Christian**

Sandra Christian da Holanda, deu um comovente testemunho com base na sua experiência pessoal. Ela descreveu como é que a sua própria realidade, e a sua preocupação face ao futuro, enquanto avó que vive sozinha com os netos, se reflecte em preocupações semelhantes em outros Estados Membros da União Europeia. Durante a Conferência Europeia sobre a Família e a Inclusão Social, organizada sob os auspícios da Presidência Irlandesa, sentiu-se encorajada quando encontrou outras pessoas que enfrentam mudanças semelhantes no padrão e valores da família, e as mesmas preocupações relativamente à guarda das crianças e

dos idosos. A mensagem que pediu ao Ministro da Família para transmitir ao Conselho Europeu foi a de que temos a responsabilidade de garantir que as nossas crianças tenham uma vida melhor do que a que nós tivemos.

<b>Questões relativas à Diversidade e à Discriminação: Acesso aos serviços básicos</b>
Que política poria em prática para garantir que as medidas de segurança social não são atiradas para o campo da solidariedade e da auto-ajuda?
Como é que a União Europeia pode apoiar a integração dos diversos grupos que são vítimas de discriminação, que estão sub-representados nos processos de elaboração das políticas e sobre-representados nas medidas punitivas?
Como é que podemos chegar a uma política anti-estigmatização no que diz respeito a todas as formas de discriminação, para obtermos o acesso ao trabalho, prestações e habitação?
O que é que pode ser feito para garantir os serviços básicos às pessoas em situação de pobreza e exclusão social?
Como é que podemos melhorar a mobilidade de pessoas com deficiência quando elas têm dificuldade em aceder aos locais públicos?
Como é que podemos garantir que os imigrantes ilegais tenham um acesso mais fácil aos respectivos documentos?
Como é que podemos melhorar o nível das instalações para a guarda de crianças para que pais de famílias monoparentais possam aumentar o seu nível de participação?
O que é que tem sido feito relativamente à equivalência das qualificações de maneira a favorecer a integração dos imigrantes? “O meu curso não é reconhecido em Itália e, apesar das minhas qualificações profissionais, é-me proposto um trabalho manual.”

A **Ministra Mary Coughlan** iniciou a sua intervenção referindo que existem em todos os Estados, vulnerabilidades específicas em matéria de pobreza. No que se refere à pobreza relativa, quanto maior for o número de pessoas empregadas, maior é o fosso entre estas e as pessoas que não têm um emprego. É fundamental garantir os direitos das pessoas vindas de países terceiros. Existe muita legislação nesta matéria, mas não existe muita justiça. É difícil implementar a legislação. As famílias monoparentais são particularmente vulneráveis. Durante a Presidência Irlandesa deram-se alguns passos em relação à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, mas mais uma vez, é difícil conseguir acordos com os empregadores sobre a flexibilização do tempo de trabalho e o trabalho a tempo parcial, por exemplo.

Mary Coughlan prosseguiu dizendo que, “a questão dos modelos de implicação da sociedade civil e de uma participação plena, ainda não está inteiramente resolvida. Na Irlanda todas as organizações se reúnem comigo, enquanto Ministra, num exercício de esboço orçamental. A tão chamada abordagem *bottom up* pode ser muito produtiva; por exemplo, levei recentemente a cabo

uma consulta alargada, com vários grupos locais, sobre a temática da família – aberta a qualquer pessoa que quisesse participar.

A mudança política pode ser frustrante mas nós precisamos de trabalhar mais em conjunto sobre o *empowerment* e o acesso à vida política. Precisamos de saber como melhor capacitar as pessoas através da formação, por exemplo. Como políticos, nós dependemos tanto das pessoas quanto vocês.”

A **Ministra Maria Arena reagiu** a estas questões declarando que: “Temos que garantir que as pessoas têm acesso aos bens alimentares, à cultura, à cidadania, à educação. É uma ostentação falar sobre a participação, quando as necessidades básicas não estão a ser satisfeitas. O estado não deve descarregar a sua responsabilidade nas ONG’s. É aos governos que compete garantir a provisão de habitação, educação e rendimento mínimo. Temos uma situação contraditória: de um lado, a vontade de erradicar a pobreza até 2010 e do outro, um conjunto de directivas ordenando uma redução das actividades no campo da Protecção Social.”

Em resposta à questão dos direitos dos migrantes, Maria Arena falou das diferentes dimensões da pobreza, da importância dos direitos fundamentais e da necessidade de ter em conta os imigrantes clandestinos.

“Nós devemos falar de imigrantes a nível europeu. Se um país opta pela generosidade, pode destruir a solidariedade e tolher a generosidade. A Holanda por exemplo, tinha uma política bastante aberta que teve consequências que não pôde manter, o que levou à aplicação de uma política mas restritiva do que em outros estados da UE.” Acrescentou dizendo que, “Na Bélgica, existe o Centro para a Igualdade de Oportunidades que é responsável pelo seguimento, e aplicação (dia a dia) das leis relativas a todas as formas de discriminação. Este instrumento pode interessar a outros Estados Membros. “

No que se refere ao acesso à habitação, a **Ministra Maria Arena** descreveu uma situação na qual um número crescente de proprietários sem escrúpulos faz dinheiro às custas dos pobres. Deu o exemplo de um edifício de 5 andares, onde uma cave sem quarto de banho estava alugada a 15 imigrantes clandestinos, pagando cada um deles, 250 euros por mês. No seu ponto de vista, a solução passa por criar centros públicos que ajudem os proprietários na renovação de habitações degradadas, de maneira a oferecerem habitações decentes a preços acessíveis.

**Armindo Silva**, representante da Comissão Europeia, falou sobre a inserção dos imigrantes e requerentes de asilo. Chamou a atenção para o facto de nos últimos anos ter havido um grande fluxo de imigrantes ilegais, o que está a levantar sérios problemas de integração social que o mercado de trabalho por si só, não consegue resolver. A nível europeu a integração social dos imigrantes e requerentes de asilo tornou-se uma prioridade do programa EQUAL.

“Estamos na fase de examinar os primeiros resultados da avaliação desse programa. Um outro problema importante é o da integração das minorias étnicas, problema que se agravou com o alargamento. A situação das populações ciganas, em alguns dos novos Estados Membros, é preocupante, como o indicam os Relatórios Conjuntos sobre a Inclusão (JIM’s). Nos antigos regimes comunistas, a população cigana beneficiava de programas especiais de emprego que colapsaram ao mesmo tempo que o regime. Os ciganos representam uma parte significativa da população em muitos dos novos Estados Membros, como é o caso da Hungria. Devemos fazer uma reflexão, no plano europeu, sobre a forma de combater os problemas levantados pela gravidade da pobreza e exclusão social entre as populações ciganas. Até agora, seguimos uma abordagem horizontal nos programas da UE, sem objectivos específicos em função da origem étnica. No momento, a situação social das mulheres e crianças ciganas está em primeiro plano, depois que os relatórios nacionais sobre inclusão social evidenciaram que estas comunidades tinham problemas específicos para os quais urge encontrar uma solução.”

“Existe legislação europeia contra a discriminação que devia ter começado a ser implementada desde o ano passado. Mas, alguns Estados Membros ainda não a incorporaram na sua legislação nacional. Há assim a necessidade de reforçar o diálogo no seio dos Estados Membros para o debate a todos os níveis”.

Assistimos cada vez mais a esta preocupação de integrar a luta contra a pobreza em todas as políticas – *mainstreaming*. A Irlanda, por exemplo, dispõe já de um instrumento que mede o impacto das políticas sobre a pobreza – *poverty-proofing* – reconhecendo que a pobreza é um fenómeno transversal. Este instrumento pode impulsionar a acção em todas as políticas. A nível europeu podem conseguir-se grandes avanços com base no Tratado Constitucional, que inclui uma referência específica à luta contra a exclusão social, entre as prioridades das políticas da UE e a Carta dos Direitos Fundamentais.

**Brigitte Weinandy** partilhou as preocupações levantadas nas questões sobre a situação das minorias dizendo que: “Trata-se de um grande desafio para a segunda ronda dos PNAs. Em quase todos os Planos Nacionais de Acção foram contempladas medidas dirigidas aos problemas com que se debatem as minorias, havendo debates em curso sobre como monitorizar o seu progresso.”

No que diz respeito à questão de partilhar a riqueza, num contexto em que a pobreza aumenta ao mesmo tempo que a riqueza, Brigitte Weinandy pensa que:

“Os mecanismos existentes nos antigos 15 Estados Membros em matéria de rendimento mínimo, de bem-estar social e de integração das minorias, mostram a vontade e um compromisso para partilhar a riqueza. Existem esforços consideráveis para fazer com que estas medidas sejam sustentáveis, de maneira que as pessoas em situação de pobreza continuem a ter acesso a elas.”

<b>Questões relativas à Participação: dar voz a quem nunca teve voz</b>
Como é que a voz das pessoas que nunca foram ouvidas pode ser integrada no desenvolvimento das políticas de luta contra a pobreza?
O que é que pode ser feito para melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores imigrantes?
O que é que pode ser feito sobre as desvantagens educativas das crianças que não têm acesso à internet?
O que é que pode ser feito para pôr fim ao tráfico de crianças?

A **Ministra Maria Arena** reiterou a ideia de que os testemunhos das pessoas exigem respostas imediatas. Continuou dizendo que:

“Também precisamos de uma perspectiva a médio e longo prazo para atingir o objectivo de erradicar a pobreza em 10 anos. Esta perspectiva deve basear-se nos direitos fundamentais. As pessoas em situação precária necessitam de informação numa linguagem simples, para que possam conhecer os seus direitos.”

Em relação à questão levantada sobre o tráfico de crianças, a **Ministra Mary Coughlan** sublinhou que é completamente inaceitável que este tráfico exista. Na sua opinião, o problema do tráfico de seres humanos ultrapassa o âmbito da justiça e assuntos internos de um estado. Este é um dossier que ela deseja fazer avançar a nível europeu, e tudo fará no que estiver ao seu alcance, para assegurar que os recursos e a vontade política se conjuguem para pôr fim a este problema.

A **Ministra Maria Arena** apresentou a sua definição de participação:

“No que se refere à questão da participação, em meu entender, existe uma variedade de formas para promoverem a participação directa numa democracia representativa, e nós devemos reforçá-las incitando as pessoas a votar. A participação não deve ser restringida a uma elite. Na Bélgica, por exemplo, foi votada uma nova lei que alargou o direito de voto aos estrangeiros, apesar de uma sondagem de opinião mostrar que mais de 60% dos belgas se opunha a esta medida. É necessário haver uma liderança forte para ultrapassar receios sem fundamento.”

**Armindo Silva** voltou a mencionar dois pontos importantes levantados pelas questões, que merecem uma maior atenção:

“Um tem a ver com as condições de habitação dos imigrantes e o outro com a utilização das tecnologias de informação e a sua relação com a exclusão social. No âmbito do Programa Comunitário de Luta Contra a Exclusão Social, a Comissão está actualmente a levar a cabo dois grandes estudos sobre estes temas, de forma a identificar exemplos de boas práticas e como melhor direccionar os esforços sobre estas problemáticas.”

Com respeito ao fazerem-se ouvir, **Brigitte Weinandy** perguntou quais serão as melhores condições a implementar para serem ouvidos.

“Uma vez que uma participação mais directa não chega para resolver os problemas que as pessoas em situação de pobreza enfrentam, o recurso ao *lobbying* é importante. As pessoas em situação de pobreza precisam de *lobbies* para defenderem os seus interesses. Nos sistemas de democracia representativa, os diferentes interesses são expressos através das organizações que podem dialogar com os políticos. Teremos mais força se organizarmos o nosso discurso através de ONG’s, do que se nos expressarmos individualmente sobre os problemas. Podemos designar pessoas que tomem nota das questões e identifiquem os interesses comuns a numerosas pessoas.”

<b>Questões relativas às estruturas e às políticas de participação</b>
As directivas europeias conduzem à privatização da energia. Por experiência, sabemos que isso se traduz na falta de acesso à energia, que é a primeira etapa para a exclusão social. A liberalização dos mercados europeus reforça a dualidade da sociedade? Podem as autoridades europeias comprometer-se a contrariar os efeitos das directivas europeias na matéria e a fornecerem as informações sobre o seu conceito de liberalização da energia?
Pode a UE dar o exemplo, recomendando a organização e o financiamento, por cada estado membro, de um encontro nacional sobre pobreza, no âmbito do processo dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão? O que é que o Conselho de Ministros pode fazer para concretizar esta proposta?
Como é que as ONG’s de pequena dimensão podem ter mais acesso aos fundos comunitários?
Que novas formas ou formação para a participação?
Para podermos participar é necessário um mundo associativo mais forte. O que é que propõem para garantir às ONG’s, financiamentos renováveis, assegurando assim a sua autonomia?
Gostaríamos de ver uma luta contra a riqueza extrema, ligada à fraude fiscal, em vez de medidas punitivas dirigidas às pessoas em situação de pobreza. O que é que pretendem fazer para combater a fraude e a evasão fiscais?
“As pessoas enriquecem às custas dos trabalhadores. Muitas pessoas são dispensadas quando as empresas fecham e são deslocadas para locais onde a mão-de-obra é mais barata. Que influência é que vocês podem ter sobre as políticas destas empresas, para evitarem a sua deslocalização e o desvio dos capitais para outros países?”
Uma das condições essenciais à participação e ao sucesso do processo participativo passa pela abertura dos políticos ao diálogo. Várias delegações presentes declararam não haver qualquer interesse em ter acesso aos decisores políticos que se distanciam das associações, que bloqueiam os seus esforços e recusam preocupar-se com os “seus assuntos”. Como é que podemos mobilizar os políticos para que se envolvam activamente nas nossas decisões? O que é que devemos fazer, o que é que lhes podemos oferecer para conseguirmos um diálogo? Como é que podemos colaborar com os políticos para integrar – <i>mainstream</i> – a voz das pessoas em situação de pobreza?
As políticas europeias de combate à exclusão social, como o Método Aberto de Coordenação, procuram fazer com que os Estados Membros assumam a responsabilidade pela inclusão social, mas fica à mercê da boa vontade dos

Estados a sua intervenção neste domínio. Como é que podemos fazer para que a legislação existente adquira um carácter mais vinculativo?

Pode a UE definir critérios e directrizes claras para assegurar que a participação de pessoas em situação de pobreza seja uma realidade em cada país?

A EAPN trabalhou sobre os indicadores da participação social mas não foi dado qualquer seguimento a este trabalho. Que *follow up* está planeado para os indicadores?

A **Ministra Mary Coughlan** respondeu que: “é difícil estabelecer a ligação entre as várias directivas europeias e a forma como os governos nacionais abordam estes problemas. O ‘Método Aberto de Coordenação’, que recolhe as melhores práticas de cada Estado Membro, provou ser um excelente instrumento para estabelecer este tipo de ligação.

Com respeito à questão do financiamento, e mais especificamente ao financiamento das pequenas organizações, na opinião de **Mary Coughlan’s**, este assunto deve ser tratado de forma pragmática. As subvenções devem ser entregues às redes que em seguida as devem distribuir pelos grupos mais pequenos. Se determinadas iniciativas resultam em modelos de sucesso, estes podem ser integrados – *mainstreamed*. Existe ainda a necessidade para uma abordagem multidimensional: o empowerment, a defesa dos direitos, a guarda de crianças, a saúde, as relações familiares, são aspectos que contribuem para a qualidade de vida. O problema é que nos debates políticos abordamos estas questões de forma isolada.

A **Ministra Maria Arena** defendeu que, “o acesso à formação é necessário não apenas para os mais vulneráveis, mas também para os funcionários públicos. Na Bélgica, as pessoas em situação de pobreza serão recrutadas para ajudar os funcionários a criar as condições para a implementação das políticas.” Em resposta à questão sobre a privatização dos serviços públicos, Maria Arena manifestou a sua oposição à liberalização: “Não podemos dizer que necessitamos de uma Europa Social forte e ao mesmo tempo encaminhamos para uma maior liberalização dos serviços, como a água.”

A **Ministra** respondeu às questões sobre os indicadores dizendo que acha que os indicadores são necessários, mas que os números não são suficientes, uma vez que nem sempre conseguimos ver a realidade que estes escondem. Quando as pessoas falam de taxa de desemprego, não têm em mente a imagem das pessoas desempregadas. Os dados qualitativos podem também ter um grande impacto. Na Bélgica existem vários instrumentos que permitem medir a eficácia das acções desenvolvidas.

**Armindo Silva** assinalou que “as problemáticas levantadas pelos workshops são vastas o que, em muitos casos seriam, sem dúvida alguma, melhor respondidas por colegas de outros departamentos, que se encontram melhor colocados para as abordarem; por exemplo as que se referem à fraude ou à

energia. Seria necessária uma maior representação no painel para responder seriamente a todas as questões levantadas.”

Prosseguiu dizendo que:

“No que diz respeito à questão da legislação a nível europeu, acusamos as disposições legislativas de serem demasiado leves. Os que tentam fazer avançar esta legislação nos seus próprios países, tendem a considerar a União Europeia como o último recurso. Uma resposta mais adequada pode ser “um aumento dos poderes onde se situam os problemas.” Não há nenhuma voz a favor da harmonização da legislação, sobre uma base social, na União Europeia. Existe também pouco apoio a uma política social europeia centralizada, enquanto que existem muitas vozes a favor do Método Aberto de Coordenação. Isto não quer dizer que nós não possamos tentar estabelecer princípios gerais em matéria de rendimento mínimo e outras medidas, existindo também alguma descrença que a diversidade excessiva de instrumentos possa garantir um modo de vida digno.

O Fundo Social Europeu já considera a luta contra a pobreza e a exclusão social como uma prioridade. 20% do total dos fundos são consagrados a acções classificadas neste domínio, mas existe alguma preocupação sobre o acesso a estes fundos. As pequenas subvenções são possíveis no âmbito da legislação actual, mas não é claro que os objectivos da reforma de 1999 tenham sido implementados. Certas ideias merecem uma atenção especial, por exemplo, um fundo de garantia para pequenas ONG's.”

**Brigitte Weinandy** considerou que: “em termos de legislação, a transferência de competências do nível nacional para o nível europeu colocaria problemas em alguns domínios, uma vez que isto distanciaria estas políticas da sua implementação a nível local e nacional. Os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão e o Método Aberto de Coordenação figuram entre as políticas mais brandas, mas com um impacto considerável. A pressão dos *Pares* pode revelar-se bastante eficaz, constituindo um dos aspectos mais positivos de todo o processo, uma vez que também obriga os Estados Membros a assumirem compromissos que serão objecto de relatórios de progresso.

**Ludo Horemans** tomou a palavra em nome da European Anti-Poverty Network: “Gostaria de sublinhar alguns aspectos importantes que estão relacionados com a European Anti-Poverty Network, no que diz respeito ao nosso trabalho a nível nacional e ao *lobby* a nível europeu. A concretização dos nossos objectivos em toda a Europa depende do vosso sucesso a nível nacional. Devemos exercer pressão a nível nacional se queremos ser bem sucedidos no *lobby* europeu.”

Ludo Horemans lembrou aos participantes que: “As conclusões do Terceiro Encontro serão apresentadas pela Ministra Mary Coughlan ao Conselho de Ministros. Os comentários feitos por Armindo Silva em nome da Comissão Europeia, nos quais referia que as vossas perguntas vão além das competências dos Ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais ou mesmo das competências da Direcção Geral do Emprego e dos Assuntos Sociais, levantam

questões interessantes para a European Anti-Poverty Network. A EAPN considera que é necessário apoio e recursos financeiros para autonomizar e reforçar as capacidades das ONG's, e que para tal, é fundamental que estas tenham acesso aos fundos europeus.”

## Notas Finais

A **Ministra Mary Coughlan** fez um apanhado geral das conclusões do debate, identificando os temas chaves, designadamente:

- O valor de uma parceria constante entre os diferentes actores
- Estas parcerias podem conduzir a trocas frutíferas sobre o desenvolvimento de políticas
- A troca de experiências é um motor de acção eficaz
- A participação activa traduz-se em melhoria nas políticas e na sua implementação
- As principais partes envolvidas devem estar bem organizadas e dispor de recursos suficientes

A **Ministra Coughlan** felicitou os organizadores e lembrou que dará conta deste Terceiro Encontro ao Conselho Ministros.

**Maria Marinakou** Presidente da EAPN formulou as seguintes observações:

O estudo efectuado, e debatido durante o Encontro, reforça os testemunhos deixados pelos participantes durante os workshops. O estudo mostra as limitações das estruturas e dos mecanismos que procuram atribuir um papel mais activo às pessoas, para que elas sejam uma parte da solução e não apenas parte do problema. O processo de elaboração do Plano Nacional de Acção traduziu-se em progressos significativos, mas existe ainda uma falta de vontade política para o levar mais à frente.

Maria Marinakou formulou ainda as seguintes recomendações:

- A Comissão Europeia poderia tornar mais pesadas certas directivas, aumentando assim a responsabilidade sobre os Estados Membros.
- São necessários mais recursos para financiar a participação a nível nacional.
- São necessários sistemas de protecção social mais abrangentes para satisfazerem as necessidades básicas.
- As oportunidades de formação e aprendizagem ao longo da vida necessitam de ser adequadamente financiadas.
- Mais emprego deveria querer dizer empregos de melhor qualidade e não empregos instáveis e precários.

Sublinhou ainda que, não se trata apenas de uma questão de rede de segurança económica mínima; é também uma questão de igualdade, solidariedade e justiça. A negação destes três aspectos tem não só implicações na Europa

económica, mas também na Europa Social. Presenciamos numerosos testemunhos comoventes de discriminação, desacreditando assim as políticas já adoptadas a nível europeu. O curso da concorrência económica continua sem respeitar a inclusão social, criando divisões que acabaram por comprometer a prosperidade económica. A privatização dos bens e dos serviços sem ter em conta a inclusão social, acentuará o fenómeno dos sem-abrigo e da desagregação da família, e fará escalar a factura social. Nós precisamos de uma Europa em que os direitos humanos estejam no seu centro e a luta contra a pobreza esteja no topo da sua agenda.

“Contamos com a **Ministra Mary Coughlan** para tirar as conclusões deste Encontro, para prestar atenção às aspirações das pessoas em situação de pobreza e de exclusão social e transmiti-las ao Conselho de Ministros. Não podemos pedir aos 68 milhões de europeus que vivem em situação de pobreza e de exclusão social, para esperarem por um estado de graça inatingível, quando todas as condições estão reunidas para abordar os problemas que enfrentam; é agora que eles necessitam de ver a sua qualidade de vida melhorar”.

## **Reflexão: Da Teoria à Prática**

### **A distância entre a teoria e a prática**

O desfasamento entre a teoria sobre a inclusão e a prática foi retratada nos testemunhos pessoais e nos exemplos dados pelos participantes. Os participantes analisaram o efeito das directivas europeias e das acções das grandes empresas sobre as suas vidas. Foi sobretudo notório a dramática falta de apoio aos direitos fundamentais – um factor que deveria ser tido em conta na implementação da nova Constituição Europeia. Os participantes expressaram os seus receios em se envolverem em campanhas para reclamarem a mudança, uma vez que as organizações e/ou os indivíduos dependem de agências estatais para obterem financiamentos e um rendimento mínimo. Os membros do painel partilharam grande parte das preocupações referidas nas questões levantadas pelos participantes. Houve ainda um conjunto de problemas onde as divergências não foram resolvidas e que merecem uma discussão mais alargada.

### **Questões que merecem uma discussão mais alargada**

#### **a) Como envolver melhor as pessoas em situação de pobreza: através de organizações que as representam ou através do contacto directo com os decisores políticos?**

Os debates nos workshops pareceram indicar que as pessoas em situação de pobreza e exclusão social preferem exprimir-se directamente e que para alcançarem isto, esperam apoio e formação através de organizações e de redes. Pretendem ainda uma participação activa nas organizações e nas redes para terem a oportunidade de mostrarem a sua experiência colectiva. Os poderes públicos que pretendem encorajar a

participação de pessoas em situação de pobreza devem garantir que as organizações que auscultam, incluem as que utilizam metodologias de participação e envolvimento directo das pessoas em situação de pobreza e exclusão.

**b) A consulta do utente e a consulta sobre as políticas são processos simultâneos?**

As respostas ao inquérito mostram que é feita pouca distinção, a nível nacional, entre a consulta dos utentes e o jogo de influência sobre as políticas. As respostas indicaram que o facto de se consultar, mais frequentemente, os utentes sobre a concepção e a prestação de serviços, pode ter repercussões bastante benéficas para estes em termos de melhoria na qualidade dos serviços. Porém, convém talvez fazer a distinção entre, por um lado, o debate sobre a qualidade dos serviços e por outro, as decisões políticas que são tomadas sobre a forma e o nível de serviços prestados e o nível de financiamento acordado. De uma forma geral, os poderes públicos, preferem fraccionar as necessidades em subcategorias para melhor direccionar os recursos. As intervenções dos participantes sublinharam os perigos inerentes a esta abordagem, como sejam o isolamento, a estigmatização e a caridade. As medidas devem ter uma ligação com as políticas de integração - *mainstream* – e com outros tipos de pobreza e exclusão social, de forma a anularem a natureza multidimensional da pobreza. Este aspecto foi particularmente evidenciado durante o debate sobre a privatização da energia e da água.

**c) Quais as ligações entre as políticas de protecção social e as medidas de erradicação da pobreza?**

Devemos redobrar os esforços para tornar as medidas de protecção social existentes sustentáveis, para que as pessoas em situação de pobreza continuem a beneficiar dessas medidas. Há uma contradição entre, por um lado, o objectivo de erradicar a pobreza até 2010, e por outro, um conjunto de directivas que levam à redução das intervenções na esfera da protecção social. Os dispositivos do estado-providência, que são vitais para as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social, estão a ser alvo de cortes orçamentais através de processos de racionalização e/ou liberalização.

**Questões onde existe um compromisso conjunto:**

Durante todo o Terceiro Encontro, foi reiterado o compromisso com os Direitos Humanos Fundamentais e a oposição a toda e qualquer forma de discriminação. A experiência dos participantes mostrou o fosso entre os compromissos em teoria e a realidade do quotidiano. A discriminação dos ciganos, refugiados e requerentes de asilo está a aumentar em vez de diminuir. Foi invocada a introdução de legislação para penalizar o não cumprimento de compromissos políticos. A curto prazo, foi recomendado um recurso mais forte ao Método Aberto de Coordenação a fim de se exercer uma pressão entre os *pares*. Para

além disso, há um conjunto de domínios que certamente beneficiariam de um reforço de cooperação e/ou seguimento – *follow up*:

1. Uma definição, comum a todos os Estados Membros, do que se entende por mecanismos estruturais “que envolvem as pessoas em situação de pobreza e exclusão social na elaboração e implementação das políticas”. Esta definição deveria ser acompanhada de directrizes sobre a afectação de recursos para garantir que estes são eficazes, e de uma melhor avaliação dos resultados dos processos participativos.
2. Um programa para melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores migrantes que aproveite as lições retiradas dos exemplos existentes ao nível do trabalho desenvolvido neste domínio.”
3. Linhas directrizes comuns sobre os papéis dos Governos Nacionais e das ONG’s com o objectivo de facilitar a participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, reforçadas pela formação sobre as metodologias de uma verdadeira participação.
4. Um compromisso de subvencionar as redes a nível nacional e através delas, os grupos menores.
5. Um melhor acesso ao Fundo Social Europeu para as pequenas organizações não governamentais.
6. Uma análise do impacto das medidas políticas europeias - *poverty-proofing* – em matéria de pobreza, que têm um incidência directa sobre as pessoas em situação de pobreza, nos domínios da protecção social, da liberalização da energia, das condições de vida e de trabalho, dos trabalhadores migrantes, etc.
7. Um maior recurso aos modelos existentes de formação e de reforço das capacidades, com um esforço acrescido de validação de qualificações e um melhor acesso às TIC.
8. A formação dos funcionários públicos sobre medidas participativas.
9. Políticas pró-família. Aumentar as acções junto dos empregadores para os sensibilizar das vantagens de uma melhoria nas condições de trabalho em função da família: trabalho a tempo parcial beneficiaria os pais, e os pais sós em particular.
10. Acesso a informação relativa aos direitos fundamentais em linguagem simples, para que possa ser compreendida por todos os cidadãos.
11. Um Programa de Acção contra o tráfico de crianças.

### **Uma etapa num processo**

Todas as sessões se desenrolaram num clima de diálogo aberto, caracterizado por um intercâmbio salutar e animado, sem azedume ou amargura. A Presidência Irlandesa deu um passo importante para aprofundar o diálogo político entre as pessoas que vivem em situação de pobreza e os estrategas políticos. Foi acordado que seria útil alargar este processo a outros autores, na medida em que muitas outras áreas têm um impacto sobre a pobreza. O compromisso formal da Ministra Marie Josée Jacobs, em organizar o Quarto Encontro das Pessoas em Situação de Pobreza e Exclusão Social, no decurso da Presidência Luxemburguesa da UE, significa que o processo terá continuidade em 2005.

## Parte 3: Estudo

### Questionário

Como preparação para o Terceiro Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza foi encomendado um estudo que visava recolher informação sobre os mecanismos utilizados para promover a participação.

O estudo baseou-se num questionário que procurava:

- Exemplos de mecanismos estruturais, que envolvem as pessoas em situação de pobreza e exclusão social na elaboração e implementação de políticas, nos Estados Membros
- Informação e perspectivas sobre se a existência de redes permite às pessoas em situação de pobreza e exclusão participarem na preparação dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão.
- Indicadores sobre o que poderia ser desenvolvido no futuro

O questionário foi enviado a todos os membros do Comité do Programa Comunitário de Luta contra a Exclusão Social e aos membros do Comité Executivo da EAPN. No primeiro caso, foram recebidas 11 respostas com a colaboração dos membros do Comité de Exclusão Social da Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Irlanda, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia. O inquérito foi realizado antes do alargamento, mas foi recebida uma resposta do Ministro da República Checa que foi também incluída. Por parte da EAPN, responderam ao questionário 13 redes nacionais: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Holanda, Portugal e Reino Unido.

O questionário pedia que fossem citados exemplos de mecanismos utilizados para envolver as pessoas em situação de pobreza e exclusão social (e as organizações nas quais participam) na elaboração e implementação de políticas. A carta que acompanhava o questionário referia que, por “estruturas”, deveria entender-se organizações, organismos e/ou departamentos de carácter permanente. O termo “mecanismo”, em sentido lato, permitia incluir também fóruns consultivos e outras formas de implementar a participação na elaboração e implementação das políticas. O sentido e interpretação dado aos termos “mecanismo” e “estrutura”, variaram consideravelmente de país para país, o que sugere a necessidade de trabalhar mais estes conceitos. Para estabelecer a base de trabalho, foi feita uma selecção de exemplos indicativos da interpretação da situação, em Março de 2004.

### Exemplos

#### **Alemanha: a dimensão dos mecanismos estruturais**

Na Alemanha, o exemplo do “Beraterkreis” é uma ilustração perfeita de grupos de consulta especiais, que têm vindo a ser criados em vários Estados Membros. Seria útil fazer uma análise comparativa da utilização destes comités consultivos

ou de aconselhamento, e do nível de participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão.

<b>Exemplo de Mecanismo (Não Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
Beraterkreis – Comité Consultivo para o relatório sobre pobreza e riqueza e para os planos nacionais de acção para a inclusão	Nacional	-€ Financiamento governamental + Outros
<b>Principal objectivo:</b> acompanhar os processos de orientação e avaliação do relatório sobre a pobreza e a riqueza, e dos Planos Nacionais de Acção, com base nos conhecimentos das ONG's, das organizações de entre-ajuda e de outros peritos.		

Um possível mecanismo é o Grupo Consultivo dos representantes das organizações de entre-ajuda que é consultado sobre o Plano Nacional de Acção, e que se concentra especificamente nessa questão; este organismo é diferente dos programas governamentais, como por exemplo o “Sozialen Stadt”, programa municipal de integração social na Alemanha. Um estudo mais completo, dos mecanismos estruturais que favorecem a participação das pessoas em situação de pobreza exigiria um processo de concepção e implementação, que pudesse ter em conta as questões da dimensão e das estruturas governamentais internas. A resposta da EAPN Alemanha sublinha que:

“Para responder a este questionário o mais completo possível exigiria um trabalho de investigação a nível nacional, regional e local. Não é possível responder de outra forma num espaço de tempo tão curto.”

A resposta da EAPN Alemanha sublinha também que os mecanismos estruturais deveriam ser criados a nível local e regional, e ter uma ligação clara com o nível nacional/federal para suscitar um nível de participação e de *feedback* (retorno) satisfatório.

### **Áustria: Serviços direccionados**

A resposta fornecida pelas diferentes fontes austríacas, sob a coordenação do representante do Comité do Programa Comunitário de Luta Contra a Exclusão Social, revelou numerosos exemplos de serviços destinados a grupos específicos, como por exemplo crianças, famílias, pessoas com deficiência e idosos. Damos aqui o exemplo do apoio concedido ao **Conselho Austríaco dos Cidadãos Seniores** onde se aplicam os princípios de consulta e de participação.

<b>Exemplo de Mecanismo (Não-Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamen to</b>
---	---------------	-------------------

<b>Conselho Austríaco dos Cidadãos Seniores</b>	<b>Nacional</b>	<b>143.892,-€</b>
O Conselho Austríaco dos Cidadãos Seniores garante a estes cidadãos o direito de co-determinação sobre todas as questões que lhes dizem respeito.		

Se as condições identificadas pelas pessoas em situação de pobreza e exclusão fossem consideradas, este tipo de participação estender-se-ia a outros grupos tais como: às mulheres, às minorias, aos sem-abrigo, etc. Na prática, por exemplo, isto poderia significar que a entre-ajuda e as iniciativas de *lobbying* e de auto-promoção dos desempregados que desejam estabelecer a sua própria rede beneficiam, na Áustria, das mesmas disposições que o Conselho Austríaco dos Cidadãos Seniores.

### **Bélgica: um apoio estrutural**

Existe um compromisso político, por parte do Governo Belga, para a participação plena das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão e para o desenvolvimento de estruturas que permitam implementar essa política. Em relação à criação as condições para uma participação livre e aberta, o “Acordo de Parceria entre o Estado Federal Belga, as Comunidades, e as Regiões” constitui um modelo de coordenação que poderia ser aproveitado por outros Estados Membros, especialmente por aqueles, que ainda não criaram qualquer mecanismo para promover a participação. A estrutura tem ligações sólidas com as redes não governamentais, que são, por sua vez, um ponto de contacto com as pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão e um mecanismo estrutural apto a responder às condições complexas da estrutura federal belga.

<b>Exemplo de Mecanismo (Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
<b>Serviço de luta contra a pobreza, a insegurança e a exclusão social</b>	<b>Nacional Regional Urbano Rural</b>	<b>-€400000</b>

**Principais objectivos:**

- *Inventariar, sistematizar e analisar a informação sobre insegurança, pobreza, exclusão social e acesso aos direitos, com base nos indicadores definidos;*
- *Fazer recomendações e propostas concretas, com vista a melhorar as políticas e os esquemas de prevenção de insegurança, de luta contra a pobreza, e da inserção social das pessoas;*
- *Preparar um relatório, pelo menos, de dois em dois anos;*
- *A pedido de uma das partes signatárias, da Conferência Interministerial de Inserção Social, ou por sua própria iniciativa, emitir recomendações ou preparar os relatórios intermédios sobre questões relacionadas com áreas da sua competência;*
- *Organizar a consulta estrutural das pessoas mais desfavorecidas.*

Para a consulta directa dos grupos implicados, a estrutura governamental depende da EAPN Bélgica, que por sua vez depende do bom funcionamento das redes de luta contra a pobreza regionais, estabelecidas em função da estrutura federal belga. Uma análise destas redes chama a atenção do fosso que existe entre a implementação de objectivos nobres, uma metodologia pertinente e a realidade. O processo de consulta ainda não encontrou uma forma de criar as condições que permitem trabalhar em pé de igualdade; esta estrutura de participação é demasiado recente para falarmos ainda de resultados significativos. A resposta da EAPN Bélgica indica que, o actual investimento, poderia gerar melhores resultados se houvesse um aumento de estratégias nos recursos, especialmente no apoio ao trabalho em rede não governamental, a nível regional.

**Dinamarca: reduzir a distância entre a política e a prática**

Na Dinamarca, os sectores governamental e não governamental optam por uma resposta mista, coordenada pelo seu representante do Comité do Programa Comunitário de Luta Contra a Exclusão Social. Os exemplos dados reportam-se principalmente aos serviços de segurança social. A única referência feita à participação de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social aparece no objectivo de reforçar o envolvimento dos “utentes” e o envolvimento de voluntários, ao nível das organizações ligadas à habitação. Existe o reconhecimento da necessidade de desenvolver um espírito de “parceria com as pessoas que são ou foram marginalizadas”. O exemplo de mecanismo governamental escolhido mostra bem o desfasamento que, geralmente existe, entre a política oficial sobre a participação dos mais vulneráveis e a implementação desta política.

<b>Exemplo de Mecanismo (Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
<b>Nome da iniciativa: Conselho para os grupos vulneráveis</b>	<b>Nacional</b>	<b>-500000€</b>
<b>Principal objectivo:</b> Seguir a política oficial e formular propostas		

Este exemplo testemunha a tomada de consciência da necessidade de desenvolver uma estratégia mais explícita para promover a participação das pessoas que vivem em situação de pobreza, na elaboração das políticas.

### **Espanha: da teoria à prática**

Em Espanha, tanto os mecanismos não governamentais, como os governamentais, de implicação dos “afectados”, são fracos ou inexistentes. Para a EAPN apenas a ATD-Quart Monde levou a cabo uma verdadeira reflexão sobre o assunto. Reconhecendo a necessidade de trabalhar esta questão, a Rede criou um grupo cujo objectivo é desenvolver a participação, no âmbito do relançamento da Rede Espanhola Anti-Pobreza (EAPN Espanha). Partindo desta base, e aproveitando a participação de uma delegação espanhola no Terceiro Encontro Europeu, será organizado um seminário subordinado ao tema da participação.

A EAPN Espanha identificou, como o melhor exemplo de participação, uma parceria de três organizações não governamentais que trabalham num projecto europeu de combate à discriminação.

<b>Exemplo de Mecanismo (Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
<b>Programa de Acção contra a Discriminação em matéria de emprego desenvolvido por três organizações não governamentais.</b>	<b>Nacional</b>	<b>-€</b>
<p><i>Caritas</i>: trabalha na inserção de jovens em risco de exclusão do mercado de trabalho.</p> <p><i>Cruz Vermelha</i>: trabalha na inserção de imigrantes no mercado de trabalho.</p> <p><i>Fundación Secretariado General Gitano</i>: trabalha na inserção da minoria cigana no mercado de trabalho.</p> <p>Os três programas prevêm a participação das pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão, no seu processo de inserção no mercado de trabalho. Estão actualmente em fase de implementação.</p>		

Antecipa-se que as lições retiradas destes três programas influenciarão, com certeza, os conteúdos dos futuros processos participativos em Espanha.

### **Finlândia: Uma abordagem integrada (*mainstream*)**

Não existe nenhum mecanismo ministerial que envolva directamente as pessoas em situação de pobreza nos processos de tomada de decisão. Contudo, segundo o representante no Comité do Programa de Luta Contra a Exclusão Social, funcionário do Ministério dos Assuntos Sociais e da Saúde, a auscultação e a consulta fazem parte da cultura ministerial, que dá especial atenção à opinião das ONG's, aquando da preparação de reformas, projectos de lei, etc. Na sua resposta, o Ministério dos Assuntos Sociais e da Saúde insistiu no facto do Governo finlandês estar ligado a um sistema administrativo que envolve activamente a sociedade civil e que procura ser democrático e transparente na provisão dos seus serviços. Todos os cidadãos podem interagir directamente com os diferentes níveis da administração, ministérios, políticos, etc. A resposta do Governo finlandês sublinhou também, o recurso aos meios modernos de comunicação como a Internet, para escutar os cidadãos.

As organizações não governamentais manifestam exactamente as mesmas expectativas de participação das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão; por exemplo, a **Työttömien Valtakunnallinen Yhteistoimintajärjestö (TVY) – Organização de Cooperação Nacional dos Desempregados da Finlândia** – é constituída e gerida por desempregados. Todos os que trabalham para as instâncias da TVY estavam desempregados antes de conseguirem este emprego.

O exemplo escolhido pela Finlândia estabelece uma ligação entre medidas de luta contra a pobreza e o desenvolvimento da sociedade civil, utilizando mecanismos estruturais de participação como parte de uma abordagem integrada. Um dos exemplos citados pelo representante do Comité é o do Programa Político de Participação Civil, que é um dos quatro programas políticos governamentais que cobrem o período 2003-2007.

<b>Exemplo (Governamental)</b>	<b>de</b>	<b>Mecanismo</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
Participação Governamental	civil,	Programa	<b>Nacional</b>	-€

O Programa Governamental divide-se em quatro programas políticos. Um dos programas é o Programa Político de Participação Civil que cobre os anos 2003-2007. Trata-se de um projecto de democracia nacional que foi lançado para favorecer a participação civil e reforçar o funcionamento da democracia. O objectivo é aumentar as possibilidades de participação civil e eleitoral, de educação democrática e de reforçar a democracia representativa. O programa político coordenará as medidas que visam o progresso da democracia. Uma atenção especial será dedicada à inserção de jovens pouco escolarizados e com baixos rendimentos, socialmente excluídos ou em risco de exclusão.

### **França: um estatuto jurídico**

A resposta do Governo ao questionário debruçou-se sobre os requisitos formais de implementação estatutos legais (ver exemplo), enquanto que a resposta não governamental enfatizou o desenvolvimento de valores partilhados no seio de um grupo formado com base numa associação livre e voluntária.

<b>Exemplo de Mecanismo (Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
<b>Nome da iniciativa: Lei 2002-2</b>	<b>Nacional</b>	<b>-€</b>
<b>Principal objectivo:</b> Aumentar os mecanismos participativos no seio de estruturas sociais e médico-sociais. Outorga Subsídios aos Serviços de Emergência (CHRS) e aos grupos que trabalham para este objectivo.		

Até à data, o apoio do Governo aos programas de inclusão social tem-se concentrado, fortemente, sobre os serviços e o apoio a indivíduos e famílias, mais do que em redes ou outros mecanismos de participação nas políticas e na sua implementação. Os grandes prestadores de serviços podem assim participar no debate político, através do Conselho Nacional de Luta Contra as Exclusões (Conseil Nacional de Lutte Contre les Exclusions), instituído em 1998 após a votação da lei sobre a Exclusão Social.

As respostas governamentais e não governamentais indicam que, até à data, não houve a participação de pessoas em situação de pobreza e exclusão nos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão. No entanto, há exemplos de iniciativas governamentais nas quais, tanto o Ministério em questão, como a REALPES/EAPN, perspectivam uma melhoria. Um exemplo chave é o compromisso de organizar uma Conferência sobre a Pobreza, que deu aos grupos uma oportunidade para apresentarem os seus pontos de vista durante as reuniões realizadas em 8 distritos.

### **Grécia: definição de um mecanismo estrutural de participação**

No âmbito do inquérito, a EAPN Grécia adoptou uma definição rigorosa do conceito “mecanismo estrutural” e concluiu que, “não há nenhuma organização a

trabalhar *explicitamente* na promoção da participação e do envolvimento das pessoas em situação de pobreza, na definição e implementação das políticas.”

Segundo a EAPN Grécia, existe uma tendência para reconhecer certas categorias de pobres *mais do que outras*: “graças às suas associações, as pessoas com deficiência, os idosos e as mulheres, beneficiam de uma maior capacidade de influenciar a elaboração das políticas do que outros grupos como os sem-abrigo, os imigrantes ou as famílias monoparentais.” A EAPN Grécia tem um papel chave, como o único mecanismo estrutural entre as organizações não governamentais que preenche as condições necessárias para lançar as bases de trabalho do processo participativo. Pode-se estabelecer uma ligação entre o trabalho da EAPN Grécia e a iniciativa governamental – O Comité Nacional de Protecção Social. Este Comité não funciona desde as recentes eleições. O membro do Comité do Programa Comunitário de Luta Contra a Exclusão Social não está, no momento, em condições de fornecer mais informações.

Na sua resposta, a EAPN Grécia reconhece “as particularidades e especificidades do esquema social grego e o papel da sociedade civil. A Grécia, sendo um país com uma das taxas de pobreza mais elevada entre os 15 da UE, e uma sociedade civil ainda com pouca história, caracterizada pela falta de uma posição institucionalizada na processo de tomada de decisões.” A questão da participação aparece como um ‘novo discurso e a troca de experiências com os outros Estados Membros é considerada importante para o desenvolvimento de *boas práticas*.

### **Holanda: Cliente ou Cidadão?**

Para a EAPN Holanda, a medida governamental mais significativa em matéria de participação é sem dúvida os “Conselhos de Clientes”, que funcionam já há algum tempo, e cuja finalidade é representar os utentes de serviços (casas para os idosos, centros de acolhimento para os sem-abrigo e comités que reclamam prestações sociais) a nível local.

Estes Conselhos são obrigados pela legislação nacional e são financiados a nível regional e local. A EAPN associou-se ao “LKU (Landelijke Kadertraining Uitkeringsgerechtigden” (Formação de âmbito Nacional para os requerentes de prestações sociais) a fim de dotarem as pessoas dos meios para participarem nos Conselhos de Utentes, onde podem influenciar a política local regional e nacional”. (Resposta da EAPN Holanda). Contudo, a formação nestes Conselhos levada a cabo pelo LKU foi cortada, em 2004, por razões de ordem financeira (cortes orçamentais em todos ministérios). Por outras palavras, isto significa que o envolvimento de pessoas em situação de pobreza está a diminuir e não a aumentar.

<b>Exemplo de Mecanismo (Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
<b>Conselhos de Clientes</b>	<b>Nacional</b>	<b>-€</b>

**Objectivo:** Envolver os grupos de utentes nos serviços e na política social. Os Conselhos de Clientes são obrigatórios mas devem ser organizados e financiados pelos poderes públicos regionais, provinciais e locais.

### **Irlanda: uma rede de redes**

A Irlanda dá o exemplo de uma relação próxima entre as iniciativas Governamentais e as não governamentais. O Ministério dos Assuntos Rurais, Comunitários e Gaeltacht financia 10 redes nacionais de luta contra a pobreza nas quais participam grupos específicos. Cada rede nacional mantém a sua autonomia e identidade enquanto organização não governamental, mas recebe subsídios para o financiamento do seu pessoal administrativo, de desenvolvimento e político.

<b>Exemplo de Mecanismo (Não Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
Programa das Redes Nacionais de Luta Contra a Pobreza	<b>Nacional</b>	- <b>€1,450,000</b>
<p><b>Principal objectivo:</b>            Ajudar as Redes Nacionais de Luta Contra a Pobreza a desenvolverem as suas capacidades para contribuírem para a elaboração de políticas a nível nacional.            Capacitar as Redes Nacionais de Luta Contra a Pobreza para formularem políticas a partir das suas experiências a nível local e nacional. Existem 10 Redes Nacionais de Luta Contra a Pobreza que representam os interesses das pessoas em situação de pobreza e de exclusão social:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ European Anti-Poverty Network (EAPN) Irlanda</li> <li>▪ Community Workers' Co-op (CWC)</li> <li>▪ Forum of People with Disabilities (FPD)</li> <li>▪ Irish National Organisation of the Unemployed (INOUE)</li> <li>▪ Irish Rural Link (IRL)</li> <li>▪ Irish Traveller Movement (ITM)</li> <li>▪ One Parent Exchange and Network (OPEN)</li> <li>▪ Children's Rights Alliance (CRA)</li> <li>▪ Irish Refugee Council (IRC)</li> <li>▪ Older Women's Network (OWN)</li> </ul>		

Para receberem financiamento, estas redes têm que preencher os seguintes requisitos: envolver e implicar os grupos que representam, ter uma ética de desenvolvimento comunitário e uma estrutura representativa. Devem, igualmente, apoiar acções locais de luta contra a pobreza e incentivarem a influência política entre os seus associados, que incluem comunidades geográficas, populações ou indivíduos em situação de pobreza. Ainda que estas redes abram o caminho à participação do grupo específico que representam, existe ainda muito trabalho a fazer no desenvolvimento do processo

participativo. O relatório de consulta efectuado em 2002 sobre os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão reconhece que é necessário melhorar as estruturas da participação.

### **Itália: um desenvolvimento sócio-económico a nível local**

No âmbito do inquérito a CILAP/EAPN Itália adoptou uma definição rigorosa de “mecanismo estrutural”. Não existe nenhum mecanismo governamental ou não governamental que faça eco dos debates, análises e reflexões das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social. Foi aqui incluído um exemplo de iniciativa governamental porque traduz a intenção de uma possível mudança no desenvolvimento do compromisso com a participação. Este exemplo mostra o impacto da legislação nacional (Lei No 328), que deu lugar a planos de melhoramento das cidades - “Piani regolatori sociali” (Planos de Melhoramento de política social). Estes mecanismos públicos locais procuram implementar uma forma de descentralização. Segundo a CILAP, eles “parecem funcionar em alguns grandes municípios (como Roma e Nápoles) e em vários outros mais pequenos.” A CILAP/ EAPN Itália espera associar-se a estes “Piani regolatori sociali”.

<b>Exemplo de Mecanismo (Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
“Piani regolatori sociali” (Planos de melhoria da política social nas cidades)	<b>Urbano</b>	<b>-€</b>
Votada em 2000, a Lei N.º 328 relativa à reorganização da assistência social e dos serviços públicos sociais a nível local, prevê a criação de organismos interlocutores encarregados do planeamento dos projectos locais. Alguns municípios criaram o “Piani regolatori sociali” (Planos urbanos sobre política social), implementado por comunidades locais: o seu objectivo é promover a participação de todos os actores de forma a levarem a cabo acções locais de desenvolvimento sócio-económico.		

A CILAP trabalha em colaboração estreita com outras organizações não governamentais cujas estruturas homólogas têm sido mencionadas como mecanismos de participação em outros Estados Membros – por exemplo a Caritas.

### **Luxemburgo: o envolvimento das ONG’s nos processos de concepção das políticas**

As iniciativas públicas luxemburguesas têm a sua origem na legislação existente e nas alterações aos estatutos jurídicos. Em vez do envolvimento directo das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, estas iniciativas procuram envolver as ONG’s que as agrupam. Assim, uma lei submetida ao Parlamento, em Maio de 2003, prevê a participação de representantes das ONG’s no “Conselho Superior de Acção Social”. Num relatório submetido ao parlamento de três em três anos, este Conselho Superior estabelece as necessidades em

matéria de luta contra a pobreza e a exclusão social e formula recomendações políticas para responder a estas necessidades.

Em Dezembro de 2003, quando a nova lei ainda não tinha sido adoptada, a ATD-Quart Monde, A.S.T.I e a CARITAS tinham já participado numa reunião do Conselho Superior, na qualidade de peritos.

Vamos retomar aqui o exemplo do ASTI porque a sua ligação aos direitos fundamentais corresponde a uma das condições da participação: “não haverá lugar para a discriminação no diálogo e nos intercâmbios”. De entre as respostas recebidas, este é um dos raros exemplos que coloca a ênfase nos direitos e na luta contra a discriminação.

<b>Exemplo de Mecanismo (Não Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
<p><b>Nome da ONG:</b>  <i>A.S.T.I.- Association de Soutien aux travailleurs immigrés a.s.b.l. /Association for the support of immigrant workers</i>  <a href="http://www.asti.lu/">http://www.asti.lu/</a>  <i>Contrato com o Governo (Ministério da Família, da Solidariedade Social e da Juventude)</i></p>	<b>Nacional</b>	<b>aprox. 120.000</b>
<p><b>Principal objectivo:</b>            Defender os direitos e interesses dos imigrantes e promover a sua participação na vida pública.  <i>(O projecto de formação para facilitar a inserção dos requerentes de asilo no mercado de trabalho, foi também financiado pela iniciativa EQUAL)</i></p>		

Com a mudança na legislação, a ênfase já não é posta na relação serviço-clientes mas sobre uma consulta mais alargada relativamente às políticas. O compromisso de envolver organizações não governamentais no planeamento e na definição das políticas, inscreve-se no processo de correlação entre os serviços e uma participação mais alargada à sociedade civil. Baseia-se na ideia de que as pessoas em situação de pobreza podem exprimir as suas reivindicações através das organizações que defendem os seus interesses.

### **Portugal: cooperação local e regional**

O Governo Português, após um *lobbying* intensivo por parte das ONG's, propôs-se constituir um fórum de ONG's. Segundo o parecer da EAPN Portugal este é um passo importante:

“Ainda que este Fórum não preveja a participação directa das pessoas em situação de pobreza, constituirá uma plataforma para as organizações que representam estas pessoas de forma a

poderem fazer ouvir a sua voz. Trata-se de um Fórum Nacional onde as ONG's terão a possibilidade de serem consultadas e de apresentarem as suas propostas." (Resposta da EAPN Portugal ao Questionário, Maio 2004)."

O exemplo escolhido mostra a vontade, cada vez mais vincada, do governo português de associar à sua acção, os níveis local e regional. O Governo disponibilizou o financiamento que permitirá à EAPN / Portugal conduzir as acções de activação da participação, desde a concepção, à implementação e avaliação das políticas. É ainda cedo para ter resultados deste processo de activação.

<b>Exemplo de Mecanismo (Não Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
"Activar a Participação " EAPN Portugal	<b>Nacional Regional</b>	- <b>82.335,38</b> €
<p><b>Principal objectivo:</b> Desde 2002, a EAPN Portugal, através de um projecto intitulado "Activar a Participação", tenta implementar várias acções que visam desenvolver processos da participação das pessoas em situação de pobreza na definição, implementação e avaliação das políticas de luta contra a pobreza. Em 2003, este projecto foi incluído no PNAI, sendo financiado pelo governo português. Este projecto é sobretudo o início de um processo. Trata-se de um projecto-piloto, coordenado pela EAPN Portugal e que cobre quatro regiões do país (Porto, Braga, Évora and Coimbra).</p>		

### **Reino Unido: Descentralização**

Na resposta do Reino Unido, o Governo britânico "admite que para combater a pobreza e a exclusão social, eficazmente, deve trabalhar em parceria com um leque alargado de actores." A sua abordagem depende da descentralização dos poderes a favor dos parlamentos escocês e gaulês e da administração da Irlanda do Norte.

<b>Exemplo de Mecanismo (Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
Nome da iniciativa: Parcerias de Inclusão Social <a href="http://www.communitiesscotland.gov.uk">http://www.communitiesscotland.gov.uk</a>	<b>Escócia</b>	<b>4.1m libras esterlinas</b>
<p><b>Principal objectivo:</b> Envolver as pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão na melhoria da prestação de serviços públicos em áreas desfavorecidas.</p>		

O Departamento do Trabalho e das Pensões do Reino Unido "consulta a *Task Force* sobre Política Social (SPTF). A SPTF é uma rede, uma organização

guarda-chuva de ONG's e grupos criados para trabalhar com o Governo do RU sobre o Plano Nacional de Acção para a Inclusão." A SPTF foi iniciada pela EAPN e tem estado envolvida na concepção do PNAI 2003. Isto levou a um projecto conjunto para desenvolver um Kit sobre participação que facilitará a participação das pessoas em situação de pobreza na concepção e implementação do PNAI. Os comentários do Reino Unido sobre o valor acrescentado desta relação próxima entre o lado governamental e não governamental são entusiastas: " um processo participativo mais aberto teve o benefício de identificar determinados problemas na implementação das políticas. Sem a participação directa das pessoas que experienciam a pobreza, alguns destes problemas teriam sido alvo de menor atenção."

### República Checa: os grupos-alvo

A maior parte dos mecanismos governamentais e não governamentais citados como exemplo pelo Ministério Checo do Trabalho e dos Assuntos Sociais giram em volta da prestação de serviços a grupos específicos. De notar também a existência de um projecto-piloto de Planeamento Comunitário onde, o envolvimento de todos os actores (utentes, prestadores de serviços, compradores) é um objectivo chave. O Modelo de Planeamento Comunitário tem vindo a ser aplicado no domínio dos serviços sociais, onde procura estabelecer um processo aberto de identificação das necessidades e recursos, e de busca das melhores soluções.

O exemplo Checo escolhido é um dos exemplos que identifica as minorias étnicas como grupo alvo. O exemplo aqui incluído é o de consulta a nível regional sob a forma de Comissões Sociais e da Saúde, que chamam a atenção para as preocupações das pessoas com deficiência e das populações ciganas. Estas Comissões Regionais são o motor de um mecanismo nacional de consulta.

Exemplo de Mecanismo (Não-Governamental)	Âmbito	Orçamento
<p><b>Comissões sociais e da saúde – que são instâncias consultivas dos municípios</b></p> <p>Neste caso particular, as pessoas em situação de pobreza e exclusão social são pessoas com deficiência e populações ciganas</p>	<b>Regional</b>	Financiado a partir dos orçamentos regionais e municipais
<b>Principal objectivo:</b> aconselhar o município sobre os problemas sociais e sanitários, a nível regional.		

A resposta do Ministério Checo do Trabalho e dos Assuntos Sociais sublinhou que uma vez que estão na fase de elaboração do seu primeiro Plano Nacional

de Acção para a Inclusão, estão receptivos a aprenderem com as lições dos outros países que já passaram por esse processo.

### **Suécia: participação do “utente” e da sociedade civil**

A resposta sueca sublinha a distância existente entre as aspirações partilhadas pelas abordagens governamentais e as não governamentais e a implementação de procedimentos, que correspondem a estas aspirações. O Plano Nacional de Acção Sueco, manifesta a intenção de colmatar estas distâncias na participação e “certificar-se que os cidadãos terão mais igualdade de oportunidades para influenciarem o processo político, do que têm hoje” (PNAI / Suécia, p. 37). O exemplo escolhido baseia-se numa proposta “para constituir um comité de influência de utentes sobre as questões de desenvolvimento social no Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais, no qual a Rede Europeia Anti-Pobreza e representantes da Associação Sueca das Autoridades Locais e do Conselho Nacional de Bem-Estar e da Saúde ocuparão um lugar preponderante.” (PNAI / Suécia, p.41).

<b>Exemplo de Mecanismo (Governamental)</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Orçamento</b>
<b>“Comité de Influência dos Utentes”</b>	<b>Nacional</b>	<b>-€</b>
<b>Principal objectivo:</b> Servir de organismo de consulta entre o sector público e as organizações de utentes / o mundo associativo, com o objectivo de mobilizar todos os organismos implicados na luta contra a vulnerabilidade económica e social		

Na perspectiva do Governo sueco é “difícil desenvolver trocas de *boas práticas* profundas e frutíferas”. A título de exemplo de *boas práticas*, o governo sueco cita os acordos de desenvolvimento local, uma espécie de penacho entre a teoria e a prática do desenvolvimento comunitário ou do desenvolvimento social local, tendo como pano de fundo uma promessa de participação. Estes acordos podem por outro lado funcionar sobre o vasto leque de ideologias políticas ou outras.

## Anexo I: Programa

<b>Terceiro Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza e Exclusão Social</b>  <b>Programa</b>
--

<b>Quinta-feira, 27 Maio</b>	Chegada dos participantes
19.00	Jantar Buffet no Hotel Dorint
<b>Sexta-feira, 28 Maio</b>	<b>Presidente da Conferência: Professor Seamus O’Cinnéide</b>
9.00 - 9.45	<b>Sessão de Abertura</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gerry <b>Mangan</b>, Representante da Presidência Irlandesa da UE</li> <li>▪ Maria <b>Arena</b>, Ministra da Integração Social, da Política das Cidades, da Igualdade de Oportunidades e da Função Pública, Bélgica</li> <li>▪ Marie-Josée <b>Jacobs</b>, Ministra dos Assuntos da Família, da Solidariedade Social e da Juventude, Luxemburgo</li> <li>▪ Odile <b>Quintin</b>, Directora Geral do Emprego e dos Assuntos Sociais, Comissão Europeia</li> <li>▪ Isabelle <b>Leborgne</b>, Associação “Partenariado Internacional Económico e Social”, Participante no Segundo Encontro</li> </ul>
9.45 – 10.15	Coffee Break
10.15 – 13.00	<b>Workshop 1: Apresentação e Intercâmbio de Experiências:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Breve síntese do 1º e 2º Encontros</li> <li>• Apresentação dos participantes, da sua Associação/ONG, os sucessos alcançados e desafios que a instituição tem que enfrentar</li> <li>• As temáticas abordadas deram origem a questões comunmente acordadas a apresentar no debate da sessão plenária final.</li> </ul>
13.00 – 14.30	Almoço
14.30 – 16.00	<b>Workshop 2. Participação – Que prática?</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação dos principais resultados do estudo</li> <li>• Apresentação de um Exemplo retirado do estudo</li> </ul>

	<p>(Debate)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Partilha de exemplos de participação nos quais os participantes estiveram envolvidos.</li> </ul>
16.00 – 16.30	Coffee Break
16.30 – 17.30	<p><b>Workshop 2 (cont.)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Debate sobre participação</li> </ul>
<b>Noite</b>	<p><b>Jantar no RESIDENCE PALACE</b> Rue de la Loi 155 Catering a cargo de <b>BOUILLON DE CULTURES</b> - Associação de Formação e de Integração Social, Bruxelas</p> <p><b>Banda de Música Irlandesa – Siomon O’DONNGHAILE</b> <b>Música Africana – Federation Hope for Africa</b></p>
<b>Sábado, 29 Maio</b>	<b>Presidente da Conferência: Professor Seamus O’Cinneide</b>
9.15 – 10.15	<b>Workshop 3: Preparação do <i>Feedback</i> ao Plenário</b>
10.15 – 10.45	Coffee Break
10.45 – 13.15	<p><b>Sessão Plenária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios de outros eventos da Presidência: Sandra Christian, EAPN Holanda</li> <li>• Relatórios e questões dos Workshops</li> <li>• Intervenções do Painel</li> <li>• Debate</li> </ul> <p><b>Painel</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mary <b>Coughlan</b>, Ministra da Família e dos Assuntos Sociais,</li> <li>• Maria <b>Arena</b>, Ministra da Integração Social, da Política das Grandes Cidades, da Igualdade de Oportunidades e da Função Pública, Bélgica</li> <li>• Armindo <b>Silva</b>, Chefe do Departamento de Exclusão Social, da Direcção Geral do Emprego e Assuntos Sociais, Comissão Europeia</li> <li>• Brigitte <b>Weinandy</b>, Membro do Comité de Protecção Social da UE e Conselheira de Direcção, Ministério da Família, da Solidariedade e da Juventude – Serviço Nacional de Acção Social, Luxemburgo</li> <li>• Ludo <b>Horemans</b>, Vice-Presidente, European Anti-Poverty Network</li> </ul>
13.15 – 13.30	<p><b>Sessão de Encerramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mary <b>Coughlan</b>, T.D., Ministra dos Assuntos Sociais e da Família, Irlanda</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Maria <b>Marinakou</b>, Presidente, EAPN</li><li>• Notas Finais do Presidente da Conferência</li></ul>
13.30	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fotografia de Grupo</li><li>• Almoço</li></ul>
14.30	Partida dos Participantes

## Anexo II: Lista de Participantes

3º Encontro Europeu de Pessoas que vivem em Situação de Pobreza							
País / Apelido	Nome	ONG - Organização	Código Postal	Cidade	Morada	Telefone	E-mail
<b>Alemanha</b>							
BIEHN	Erika	NAK	59555	Lippstadt	Cappeltor 12	0049-2941-78930	<a href="mailto:bagshi.erika@web.de">bagshi.erika@web.de</a>
GEHRKE	Marlis		12629	Berlin	Gothaer Str. 17	0049-30-9953811	<a href="mailto:netz-sozialberatung@gmx.net">netz-sozialberatung@gmx.net</a>
KRÄMER	Imme	BAG-SHI	60439	Frankfurt	Niederurseler Landstr. 24	+49-69-27 22 08 98	<a href="mailto:bagshi-beratung@aol.com">bagshi-beratung@aol.com</a>
RATHMER	Otger	BAG-E	60318	Frankfurt	Nordendstr. 61		<a href="mailto:otger2004@yahoo.de">otger2004@yahoo.de</a>
SCHRÖTER	Jens	AGAB e.V.	28215	Bremen	Kastanienstr. 63		
THÜRAUF	Andrea	BAG-E	60437	Frankfurt	Homburger Landstr. 865	0049-69-762267	<a href="mailto:andrea.thuerauf@t-online.de">andrea.thuerauf@t-online.de</a>
WALTHER	Beate		47533	Kleve	Liesegangstr. 21		<a href="mailto:B.Walther-Kleve@web.de">B.Walther-Kleve@web.de</a>
<b>Áustria</b>							
LANDA	Katarzyna	"Zum Alten Eisen " Selbsthilfegruppe von Arbeitssuchenden ab 40	A-1020	Wien	Heinistrasse 29/8A		<a href="mailto:kml@chello.at">kml@chello.at</a>
EHLER	Wulfhardt	"Zum Alten Eisen " Selbsthilfegruppe von Arbeitssuchenden ab 41	A-1230	Wien	Färbermühlgasse 5/2/3		<a href="mailto:wulfhardt.ehler@chello.at">wulfhardt.ehler@chello.at</a>
KOEHLER	Dietmar	"Zum Alten Eisen " Selbsthilfegruppe von Arbeitssuchenden ab 42	A-1230	Wien	Dr. Hanswenzlgasse 8		<a href="mailto:ibd.koehler@utanet.at">ibd.koehler@utanet.at</a>
<b>Bélgica</b>							
STEPMAN	Patricia						
PEELMAN	Sonja						
ROSSIERS	Paul						
CLYMANS	Mieke	PRISO- Steunpunt Turnhout	B-2300	TURNHOUT	Otterstraat 116	32 14/44.26.74	<a href="mailto:mieke_turnhout@priso.be">mieke_turnhout@priso.be</a>
TALON	Jocelyne	Comité de défense des citoyens de la ville de Bruxelles	B-1000	BRUXELLES	Rue borgval, 2	32 2 502 95 02	<a href="mailto:jocelynetalon@hotmail.be">jocelynetalon@hotmail.be</a>
CLEMENT	Eugène	Fédération Espoir d'Afrique ASBL	B-1082	Bruxelles	Place de la Gare, 1/2	32 2 648 97 63	<a href="mailto:vzwfedasbl@belgacom.net">vzwfedasbl@belgacom.net</a>

<b>Bulgária</b>							
IVANOVA	Angelina	Inter Ethnic Dialog		DOBRODAN Village		359+889 43 72 56	<a href="mailto:dobrodan@infotel.bg">dobrodan@infotel.bg</a>
POPOV	William	Competency and Ethics		PAVLIKENI Town		359+610 36 45	
IVANOV	Sasho	Roma Cultural & Youth Organisation		STRELCHA Town		359+888 83 33 81	<a href="mailto:lia@abv.bg">lia@abv.bg</a>
MINEV	Douhomir	EAPN Bulgaria	BG-1000	SOFIA	Rakovski 159 str	359+2 988 54 48	<a href="mailto:perspekt@tradel.net">perspekt@tradel.net</a>
JELIAZKOVA	Maria	Information Centre	BG-1000	SOFIA	Rakovski 159 str	359+2 988 54 48	<a href="mailto:perspekt@tradel.net">perspekt@tradel.net</a>
<b>Dinamarca</b>							
RUDOLF	Ole	TRUE	DK-8210	ARHUS	Jernaldervej 221a-ltv-dep 3535	86 25 07 40	<a href="mailto:naerudvalget.aarhusamt@yahoo.dk">naerudvalget.aarhusamt@yahoo.dk</a>
NIELSEN	Johnny	TRUE	DK-7620	LEMVIG	Jens Sondergardsvej 3, 3sal.dep 312		<a href="mailto:urup722003@hotmail.com">urup722003@hotmail.com</a>
HAMMER	Lis	KOFOEDS SKOLE		DK-COPENHAGEN	Tagensvej 29		
LARSEN	Inge	KOFOEDS SKOLE		DK-COPENHAGEN	Folehaven 45.Valby		
LARSEN	Karin	KOFOEDS SKOLE		DK-DRAGOR	Schoutgarden 32		<a href="mailto:karinl@kofoedsskole.dk">karinl@kofoedsskole.dk</a>
<b>Espanha</b>							
VIRELLA	JUAN PEDRO	ANDALUCÍA ACOGE	41008	SEVILLA (Andalucía)	Parque las Naciones 31	954900773	<a href="mailto:acoge@acoge.org">acoge@acoge.org</a>
BANOU	RABIA	MALAGA ACOGE	29009	MALAGA (Andalucía)	C/Sevilla 8	952393200	<a href="mailto:malaga@acoge.org">malaga@acoge.org</a>
ALGOUCH	APDENOUR	MALAGA ACOGE	29009	MALAGA (Andalucía)	C/ Sevilla 8	952393200	<a href="mailto:malaga@acoge.org">malaga@acoge.org</a>
RODRIGUEZ	SANDRA	SERVICIOS SOCIALES Ayunt Miguelturra	13171	CIUDAD REAL (Castilla la Mancha)	Plaza España 1	926160666	<a href="mailto:luisarqueton@navegalia.com">luisarqueton@navegalia.com</a>
RASTROLLO	PATRICIA	ASOCIACIÓN SOCIAL ANDRÓMINES	80110	BARCELONA (Cataluña)	Carretera Vella, 37	935641574	<a href="mailto:andromines@andromines.org">andromines@andromines.org</a>
JIMENEZ	MARIA JOSE	FUND SECRETARIADO GENERAL GITANO	36205	VIGO (Galicia)	C/Faisán 3	986260255	<a href="mailto:acceder.vigo@fsgg.org">acceder.vigo@fsgg.org</a>
NAVARRO	JOSE	CENTRO DE SOLIDARIDAD	50014	ZARAGOZA	C/Lucero del Alba 2	976331775	<a href="mailto:barberoak@hotmail.com">barberoak@hotmail.com</a>

	MARÍA			(Aragón)			
ARMENDARIZ	MAITE	EAPN.NAVARRA	31014	PAMPLONA (Navarra)	C/Artica 32	948134823	<a href="mailto:oficina@redpobreza.org">oficina@redpobreza.org</a>
<b>Estónia</b>							
HEINLA	Eda	NGO Tallinn Children Support Centre,	10143	TALLINN	Estonia blvd 7	3.726.454.192	<a href="mailto:Eda.Heinla@iiss.ee">Eda.Heinla@iiss.ee</a>
<b>Finlândia</b>							
PULLI	Maija	TVY ry/EAPN-Fin	FI-25330	KUUSJOKI	Riitasuontie 19	358 2 7344 933	<a href="mailto:maija.pulli@kuusjoki.salonseutu.fi">maija.pulli@kuusjoki.salonseutu.fi</a>
JOKINEN	Tarja	Pienperheydistys ry	FI-25330	HELSINKI	Väinöläkatu 34 D 19	358 9 7242 932	<a href="mailto:tarja.jokinen@kolumbus.fi">tarja.jokinen@kolumbus.fi</a>
OYER	Yumusud	Suomen Punainen Risti	FI-00810	HELSINKI	Petter Wetterin tie 3 D 94	358 40 5248 126	<a href="mailto:yumusud@hotmail.com">yumusud@hotmail.com</a>
WARDOYO	Riina	Helsingin Ensikoti	FI-00510	HELSINKI	Lemunkuja 3 C 18	358 50 3472 512	<a href="mailto:rinasnet@yahoo.com">rinasnet@yahoo.com</a>
WARDOYO	Endro	Helsingin Ensikoti	FI-00510	HELSINKI	Lemunkuja 3 C 18	358 50 3472 512	<a href="mailto:rinasnet@yahoo.com">rinasnet@yahoo.com</a>
<b>França</b>							
BIANDA	Magloire Cheri	Foyer Vers l'Avenir	FR-42153	RIORGES	337, Chemin Martin	33+6 230 321 56	<a href="mailto:magcheri@yahoo.fr">magcheri@yahoo.fr</a>
LEBORGNE	Isabelle	AIPIES	FR-76210	BOLBEC	4bis Place Félix-Faure	33+2 35 31 86 19	<a href="mailto:aipies@wanadoo.fr">aipies@wanadoo.fr</a>
DUPREZ	Christine	Ass.Martine Bernard	FR-59420	MOUVEAU	63 rue de Lille	33+3 20 55 07 87	<a href="mailto:christine.duprez@wanadoo.fr">christine.duprez@wanadoo.fr</a>
MOULAOU	Nassera		FR-75020	PARIS	6 Rue Ch. & Robert	33+6 82 24 52 91	<a href="mailto:nassera.moulaoui@laposte.net">nassera.moulaoui@laposte.net</a>
LONGELIN	Bénédict e	Foyer Chartrain	FR-28003	CHARTRES	12 rue Hubert Latham	33+2 37 88 40 00	<a href="mailto:bene_longelin@hotmail.com">bene_longelin@hotmail.com</a>
LARMEE	Valérie	ATD Quart Monde	FR-69120	VAUX en VELIN	6 chemin des Echarmeaux	33+4 26 65 26 21	<a href="mailto:atdlyon@atd-quartmonde.org">atdlyon@atd-quartmonde.org</a>
HENRIQUES	Antonio	ATD Quart Monde	FR-69000	LYON	28, rue de l'annonciade	33+4 78 39 34 30	<a href="mailto:atdlyon@atd-quartmonde.org">atdlyon@atd-quartmonde.org</a>
<b>Grécia</b>							
TSITSIPA	Theodora		Gr-14676	KALITH E-ATHENS	Treas, 6	00 30 694 7614 287	<a href="mailto:tsitsipa@pnafonet.gr">tsitsipa@pnafonet.gr</a>
LEKAJ	Egida		Gr-	EXARHIA - ATHENS	Sp.Trikoupi	00 30 693 7195 104	<a href="mailto:egidaleka@yahoo.co.uk">egidaleka@yahoo.co.uk</a>
MARINAKOU	Maria	EAPN Greece, President of EAPN International					<a href="mailto:mmarinakou@miland.gr">mmarinakou@miland.gr</a>

DOURIDA	Evangelia	EAPN Greece	Gr 12136	PERISTERI ATHENS	Kleanthous, 26	00 30 694 4152 806	<a href="mailto:kspm-erp@otenet.gr">kspm-erp@otenet.gr</a>
GEBRETSADIK	Geremen		Gr- 11528	ILISSIA - ATHENS	Iridanou 4 a	00 30 693 4486 388	
<b>Holanda</b>							
CHRISTIAAN	Sandra	EAPN Nederland	NL- 1622DK	HOORN	Astronautenweg 148		<a href="mailto:sm.chrsitiaan@quicknet.nl">sm.chrsitiaan@quicknet.nl</a>
ETTEMA	Jan	EAPN Nederland	NL- 7311EJ	APELDOORN	Brinkhorstweg 11		<a href="mailto:jannetema@wanadoo.nl">jannetema@wanadoo.nl</a>
VEERHOFF	Niek	EAPN Nederland	NL- 1703MV	HEERHUGOW AARD	Spaarne 88		<a href="mailto:nveer@wxs.nl">nveer@wxs.nl</a>
SMEEKES	Alida	EAPN Nederland					<a href="mailto:salida@zonnet.nl">salida@zonnet.nl</a>
DE KONING	Rien	EAPN Nederland	NL- 5491KZ	OEDENRODE	Venkel 5		<a href="mailto:h.koning22@chello.nl">h.koning22@chello.nl</a>
HUYBERTS	Anja	EAPN Nederland	NL- 5491KZ	OEDENRODE	Venkel 5		<a href="mailto:h.koning22@chello.nl">h.koning22@chello.nl</a>
<b>Hungria</b>							
GELSEI	Gergo	ALLIANCE OF SOCIAL PROFESSIONALS	1094	BUDAPEST	Ráday u. 43-45. 609.sz.	+3630 275 17 37	<a href="mailto:gelsei.gergo@kla.hu">gelsei.gergo@kla.hu</a>
MACZNE PLETZER	Agnes	CSEPEL - Ass.of People living under the subsistence level	1211	BUDAPEST	Kiss J.alt. u. 63. 5/57.	+36-20583- 3621	
LAJTOS	Sandor	Teahouse, club for jobseekers	1214	BUDAPEST	Szent István út 1/b.	+36-20466- 7467	<a href="mailto:lasa@freestart.hu">lasa@freestart.hu</a>
GURBAI	Katalin	Teahouse, club for jobseekers	1215	BUDAPEST	Szent István út 1/b.	+36-20466- 7467	<a href="mailto:lasa@freestart.hu">lasa@freestart.hu</a>
FARKASNE BODNAR	Emma	CSEPEL - Ass.of People living under the subsistence level	1214	BUDAPEST	Nap u.8.4/14.	+361 420 6654	<a href="mailto:emmi48@freestart.hu">emmi48@freestart.hu</a>
<b>Irlanda</b>							
Deaton	Margaret	Tallaght Centre for the Unemployed	Dublin 24	Tallaght	St Dominicks Hall, Main Street	4621075	<a href="mailto:magdeaton@eircom.net">magdeaton@eircom.net</a>
King	Liz	Tallaght Centre for the Unemployed	Dublin 24	Tallaght	St Dominicks Hall, Main Street	4512983	<a href="mailto:tcu@iol.ie">tcu@iol.ie</a>
In Son Keay	Clara	Migrants Rights Centre of Ireland	Dublin 3	Dublin	No 3 Bereford Park	8881355	<a href="mailto:info@mrci.ie">info@mrci.ie</a>
Magat	Sancha	Migrants Rights Centre of Ireland	Dublin 3	Dublin	No 3 Bereford Park	8881355	<a href="mailto:info@mrci.ie">info@mrci.ie</a>
Creighton	Maria	One Parent Exchange & Network	Co Mayo	Co Mayo	Malvern Mews, Knock Road, Claremorris,	086-0652815	<a href="mailto:enquiries@oneparent.ie">enquiries@oneparent.ie</a>

Courtney	Joan	One Parent Exchange & Network	Co Kerry	Co Kerry	34 Ballyrickard Court, Tralee,.	087-9654867	<a href="mailto:enquiries@oneparent.ie">enquiries@oneparent.ie</a>
<b>Itália</b>							
ALUISI	Paola	Casa dei Diritti Sociali-CILAP EAPN Italy	I-00145	ROMA	Via G. Gozzi 161	+39348064560 0 - +39065414267	<a href="mailto:paolaalu@hotmail.com">paolaalu@hotmail.com</a>
PERRATONE	Guido	Emmaus Roma	I-00147	ROMA	Via Casale de Merode 8	+39065122045 - +39339887666 7	<a href="mailto:segr.emmausest@libero.it">segr.emmausest@libero.it</a>
PARATO	Michele	Emmaus Ferrara	I-44040	S.NICOLO	Via Masolino Piccolo 8/10		<a href="mailto:emmausferrara@libero.it">emmausferrara@libero.it</a>
ARSENE	Ciprian	Casa dei diritti sociali	I-00189	ROMA	Via Ischia di Castro 25		
MELE	Carlo	Caritas Italiana	I-83100	AVELLINO	c/o Caritas italiana Piazza Libertà 23	39082574691	<a href="mailto:carit_av@inopera.it">carit_av@inopera.it</a>
PALUMBO	Cristina	Caritas Italiana	I-81016	CASERTA	Coop. Parva Domus, Via Elci (Piedimonte Matese)	390823783756	<a href="mailto:crispalumbo@inwind.it">crispalumbo@inwind.it</a>
GRGA	Mirko	Comunità di Capodarco	I-00175	ROMA	c/o Comunità di Capodarco Via Messala Corvino 59	39 3391323765	
BATTAGLIA	Giuseppe	Caritas Italiana	I-83100	AVELLINO	c/o Caritas italiana Piazza Libertà 23		<a href="mailto:carit_av@inopera.it">carit_av@inopera.it</a>
<b>Letónia</b>							
GEIDE	Dzintars	Livani Foundation "Balta Maja" and Charity Centre	LV 1021	Riga	Praulienas 10 -33	3.716.118.899	<a href="mailto:dq@btv.lv">dq@btv.lv</a>
<b>Luxemburgo</b>							
CAPITAO	Marco	None		Luxembourg			
WIRTZ	Nico	None		Luxembourg			
HOFFMANN	Marco	EAPN Lux	L-1725	Luxembourg	21-23, rue Henri VII	00352-22 00 99 - 20	<a href="mailto:marco.hoffmann@ligue.lu">marco.hoffmann@ligue.lu</a>
SCHNEIDER	Klaus	EAPN Lux		Luxembourg			
<b>Malta</b>							
Calleja	Mark Anthony	Caritas Malta	VLT16	FLORIANA	5, LION STREET	0356 25906600	<a href="mailto:diaconia@caritasmalta.org">diaconia@caritasmalta.org</a>
<b>Noruega</b>							
HERRESTAD	Ina		NO-0182	OSLO	Batteriet, Storgt 36	0047 234 22	<a href="mailto:ina.herrestad@skbo.no">ina.herrestad@skbo.no</a>

						340	
<b>Polónia</b>							
PAPRZYCKA	Elzbieta	BARKA-KOFOED SCHOOL	62-028	POZNAN	ul. Pilsudskiego 11/m15	+ 48 61 8720286	<a href="mailto:sbarki@barka.org.pl">sbarki@barka.org.pl</a>
BOR	Lech	BARKA-KOFOED SCHOOL	61-003	POZNAN	ul. Sw. Wincentego 6/9	+ 48 61 8772265	<a href="mailto:sbarki@barka.org.pl">sbarki@barka.org.pl</a>
KONIECZNY	Henryk	ROSE Ass. for the People and the Environment	64-423	LUBOSZ	Chudopczyce 17	+ 48 61 2911741	<a href="mailto:chudopczyce@barka.org.pl">chudopczyce@barka.org.pl</a>
SCIANA	Zbigniew	ROSE Ass. for the People and the Environment	64-423	LUBOSZ	Chudopczyce 17	+ 48 61 2911741	<a href="mailto:chudopczyce@barka.org.pl">chudopczyce@barka.org.pl</a>
TERCHA	Antoni	Barka Association for Mutual Help	47-100	Strzelce Opolskie	ul. Krakowska 16	+ 48 77 4638377	<a href="mailto:kramat@go2.pl">kramat@go2.pl</a>
JEDRZEJAK	Agnieszka	MONAR-MARKOT ALLIANCE	64-610	ROGOZNO	Roznowice 33	+ 48 67 2610678	<a href="mailto:monar-wlkp@xl.wp.pl">monar-wlkp@xl.wp.pl</a>
ZDRENKA	Piotr	Barka Foundation for Mutual Help	64-008	POZNAN	ul. Sw. Marcin 30/14	+ 48 61 8532148	<a href="mailto:barka@barka.org.pl">barka@barka.org.pl</a>
<b>Portugal</b>							
TEIXEIRA	Maria Rosa	Associação Promoção Social População Bairro Aleixo	4100	Porto (Portugal)	Rua Carvalho Barbosa, Ent. 106	222086061	<a href="mailto:porto@reapn.org">porto@reapn.org</a>
ANTUNES	José Luis	EAPN Portugal (Porto)	4050	Porto (Portugal)	Praça Guilherme Gomes Fernandes, 45-4º	222086061	<a href="mailto:porto@reapn.org">porto@reapn.org</a>
RIBEIRO	Maria Fernanda	EAPN Portugal (Coimbra)	3130-255	Soure (Portugal)	Urbanização Encosta Sol, Lote 6, R/c Esq.	239 834241	<a href="mailto:eapn-coimbra@clix.pt">eapn-coimbra@clix.pt</a>
GONÇALVES	Bruno	Assoc. Cigana Coimbra	3020-208	Coimbra (Portugal)	Bairro Ingote, Lote 22, Cave Eqª	914488978	<a href="mailto:brunocig@hotmail.com">brunocig@hotmail.com</a>
PAIVA	Júlio	EAPN Portugal	4200-218	Porto (Portugal)	Rua Costa Cabral, 2368	225420807	<a href="mailto:julio.paiva@reapn.org">julio.paiva@reapn.org</a>
<b>Reino Unido</b>							
MOYO	Temba		CF103N B	CARDIFF	c/o Cardiff University-JOMEC-Bute Building, King Edward XII Ave		<a href="mailto:bucolliv@cf.ac.uk">bucolliv@cf.ac.uk</a>
LOW	Vicki	Moray Against Poverty		ELGIN	34 Glenlossie Drive, New Elgin	44+1343 55 215	<a href="mailto:cross2@tiscali.co.uk">cross2@tiscali.co.uk</a>
FOX	Mike	UKCAP	L6 6AZ	LIVERPOOL	11a Pear Grove		

BUCOLLI	Vanessa	OXFAM	CF 10 3NB	CARDIFF	c/o Cardiff University-JOMEC- Bute Building, King Edward XII Ave		<a href="mailto:bucolliv@cf.ac.uk">bucolliv@cf.ac.uk</a>
PODRIMAJ	Lumturi	NIAPN	BT152G B	BELFAST	c/o NICVA 61 Duncairn Gardens	44+2890 875 010	<a href="mailto:niapn@nicva.org">niapn@nicva.org</a>
VELLEM	Ronald	NIAPN	BT152G B	BELFAST	c/o NICVA 61 Duncairn Gardens	44+2890 875 010	nMOYO
MOYO	Selina	Refugee Women's Action Group	CF103N B	CARDIFF	c/o Cardiff University-JOMEC- Bute Building, King Edward XII Ave		<a href="mailto:bucolliv@cf.ac.uk">bucolliv@cf.ac.uk</a>
<b>República Checa</b>							
Hradecky	Ija						<a href="mailto:hradecky@nadeje.cz">hradecky@nadeje.cz</a>
<b>República da Eslováquia</b>							
KVAPILOVA	Erika			SLOVAKIA- Bratislava	Piflova 3, 851 01	421 2 62249798	<a href="mailto:erza@nexta.sk">erza@nexta.sk</a>
<b>Suécia</b>							
SODERSTROM	Helena	RSMH	SE 75242	UPPSALA	Gnejsvägen 2 B		
ALPHONCE	Elisabet	RSMH	SE 75263	UPPSALA	Hagavagen 278		
PERSON	Maj	RFHL	SE 753 20	UPPSALA	Bangardsgatan 13		
JONSON	Gith	KRIS	SE 116 23	STOCKHOLM	Bondegatan 9 A		
SAMUELSON	Rolf	EAPN	SE75428	UPPSALA	Ferlingsgatan 73		<a href="mailto:rolf.samuelson@comhem.se">rolf.samuelson@comhem.se</a>
<b>Workshops</b>							
HERMANS	Marja	Welzijnszorg	B-1000	Brussel	Huidevetterstraat 165	32 2 -502.55.75	<a href="mailto:marjahermans@welzijnszorg.be">marjahermans@welzijnszorg.be</a>
GORIS	Josée	Cellule Pauvreté	B-1000	Brussel	Anspachlaan 1		<a href="mailto:josee.goris@minsoc.fed.be">josee.goris@minsoc.fed.be</a>
DIERCKX	Danielle	University of Antwerp- UA	B-2000	Antwerpen	Prinsstraat 13	00 32 3-220 47 67	<a href="mailto:danielle.dierckx@ua.ac.be">danielle.dierckx@ua.ac.be</a>
BOEHLKE	Klaus		12487	Berlin	Mühlbergstr. 20	0049-30- 63902626	<a href="mailto:netz-sozialberatung@gmx.net">netz-sozialberatung@gmx.net</a>
VERECKEN	Léopold	Forum Bruxellois de Lutte contre la Pauvreté	B-1180	Bruxelles	Rue AL.Renard 86/7	00 32 2 343 66 91	<a href="mailto:leopold.vereecken@slynet.be">leopold.vereecken@slynet.be</a>

FONSECA	Clara	EAPN Brussels	B-1000	Bruxelles	Rue du Congrès 37-41	32 2 230 44 55	<a href="mailto:clara.fonseca@eapn.skynet.be">clara.fonseca@eapn.skynet.be</a>
HANAN	Robin	EAPN Ireland					<a href="mailto:eapn@iol.ie">eapn@iol.ie</a>
KELLY	Peter	Poverty Alliance Scotland EAPN		GLASGOW	162 Buchanan Street	44+141 353 0440	<a href="mailto:peter.kelly@povertyalliance.org">peter.kelly@povertyalliance.org</a>
GOSZTONYI	Geza	Regional Social Welfare Resource Centre Budapest, Hungary	H-1052	Budapest	Varoshaz u. 9-11.	36(1) 327 1419	<a href="mailto:gosztonyi@budapest.hu">gosztonyi@budapest.hu</a>
LONEGREN	Philip	EAPN Sweden					<a href="mailto:philip.lonegren@chello.se">philip.lonegren@chello.se</a>
CALVANELLI	Laura	Caritas Roma					<a href="mailto:lcalvanelli@yahoo.it">lcalvanelli@yahoo.it</a>
WILGA	Justyna	Barka Foundation					<a href="mailto:wilgaj@go2.pl">wilgaj@go2.pl</a>
<b>Estudo &amp; Relatório</b>							
GORMAN	Margo						<a href="mailto:margogorman@eircom.net">margogorman@eircom.net</a>
<b>Presidente</b>							
O CINNEIDE	Seamus						<a href="mailto:seamus.ocinneide@may.ie">seamus.ocinneide@may.ie</a>
<b>Entidades Públicas</b>							
<b>Bélgica</b>							
FRANSEN	Kathleen	Stafmedewerker Vlaams Netwerk vzw	B-1030	Brussel	Vooruitgangstraat 323	32 2 204 06 50	<a href="mailto:vlfa@skynet.be">vlfa@skynet.be</a>
VAN GEERTSOM	Julien	Federal Service Social Integration					
ARENA	Maria	Ministre de l'Intégration Sociale, Politique des Grands villes, Egalité des Chances et Fonction Publique					
RABAU	Muriel	Représentation permanente belge auprès de l'UE					
<b>Comissão Europeia</b>							
SILVA	Armando	DG Employment and Social Affairs, EU Commission					
QUINTIN	Odile	Director General, DG Employment and Social Affairs, EU Commission					
<b>Irlanda</b>							
COUGHLAN	Mary	Minister for Social and Family Affairs, Ireland					
<b>Luxemburgo</b>							

JACOBS	Marie-Josée	Luxembourg Minister for Family Affairs, Social Solidarity & Youth					
<b>Áustria</b>							
HELMUT	Lang	Bundesministerium für soz. Sicherheit-Generationen und Konsumentenschutz Abt.		A-1010 WIENS	Stuebning 1	71100-6300	<a href="mailto:helmut.lang@bmsg.gv.at">helmut.lang@bmsg.gv.at</a>
<b>Hungria</b>							-
KANNAI	Magdolna	Department for Social Coordination-Ministry of Health, Social & Family Affairs, Hungary				36 1 475 5837	<a href="mailto:kannai.magdolna@eszcsn.hu">kannai.magdolna@eszcsn.hu</a>
<b>Holanda</b>							-
DE GEUS	Femke	Ministry of Social Affairs and Employment Dir. For Work & Social Assistance				31-70-333 6357	<a href="mailto:fdegeus@minszw.nl">fdegeus@minszw.nl</a>
<b>Noruega</b>							
BJERKNES	Solveig	Norwegian Directorate of Health and Social Affairs					<a href="mailto:solveig.bierknes@shdir.no">solveig.bierknes@shdir.no</a>
<b>República Checa</b>							-
VALECKA	Hana						<a href="mailto:Hana.Velecka@mposv.cz">Hana.Velecka@mposv.cz</a>
<b>ETUC-CES</b>							-
FONTENEAU	Gérard	Advisor at ETUC				32 2 224 04 61	<a href="mailto:mleonard@etuc.org">mleonard@etuc.org</a>
LEONARD	Myriam	CES					-
<b>EUROCHILD</b>							-
WILLIAMS	Anne						<a href="mailto:anne.williams@efcw.org">anne.williams@efcw.org</a>
<b>ATD 4th WORLD</b>							-
MACIOTI	Gunda	4th World Delegate to the EU	B-1040	Bruxelles	Avenue Victor Jacobs 12	32 2 647 99 00	<a href="mailto:atd.europe@tiscali.be">atd.europe@tiscali.be</a>
<b>Euro Health Network</b>							-
STEGEMAN	Ingrid	EuroHealthNet	B-1000	Bruxelles	6 Rue Philippe le Bon	32 2 235 0320	<a href="mailto:i.stegeman@eurohealthnet.org">i.stegeman@eurohealthnet.org</a>
<b>Combat Poverty</b>							
JOYCE	Fidelma	Combat Poverty Ireland					
<b>Organização</b>							

MANGAN	Gerry	Dept. Social & Family Affairs - Ireland, Director				353 704 35 04	
DAHERTY	Darragh	Irish Permanent .Representation				02-282 34 62	
O SEAGHDHA	Eoin	Dept. Social & Family Affairs - Ireland				353 1 704 30 31	
O'MALLEY	Lorcan	Dept. Social & Family Affairs - Ireland					
QUINN	Orlaigh	Dept. Social & Family Affairs - Ireland					
BARRON	Cathy	Dept. Social & Family Affairs - Ireland					
FAUGHNAN	Helen	Dept. Social & Family Affairs - Ireland					
MURPHY	Ann	Dept. Social & Family Affairs - Ireland					
WALSH	Niamh	Dept. Social & Family Affairs - Ireland					
FRAZER	Hugh	Commission européenne - DG Emploi				02 295 96 01	
VANDENBUSSCHE	Johan	Cabinet de Maria ARENA	B-1000	Brussel	Rue Royale 180	02-790 56 61	
JONES	Samara	FEANTSA				02 534 41 66	
KENNINGHAM	Sarah	ATD Quart Monde	B-1040	Bruxelles	Av.Victor Jacobs 12	02-6479900	
HOREMANS	Ludo	EAPN Vice President	B-1000	Bruxelles	Rue du Congrès-37-41		<a href="mailto:ludo.horemans@antwerpen.be">ludo.horemans@antwerpen.be</a>
FARRELL	Fintan	EAPN Director	B-1000	Bruxelles	Rue du Congrès-37-41	32 2 230 44 55	<a href="mailto:fintan.farrell@eapn.skynet.be">fintan.farrell@eapn.skynet.be</a>
GERONDAL	Micheline	EAPN Project officer	B-1000	Bruxelles	Rue du Congrès-37-41	32 2 230 44 55	<a href="mailto:micheline.gerondal@skynet.be">micheline.gerondal@skynet.be</a>
WEINANDY	Brigitte	Luxembourg Minister for Family Affairs, Social Solidarity & Youth	L-2420	Luxembourg	12-14 Ave. E. Reuter	352 478 3653	<a href="mailto:Brigitte.Weinandy@fm.etat.lu">Brigitte.Weinandy@fm.etat.lu</a>
<b>SPC</b>							
WILLAME	Elise	Directrice de la représentaiton belge					
<b>Convidados</b>							
<b>Dinamarca</b>							
JENSEN	Steen Viggo	Council for socially marginalised people		DK-			<a href="mailto:steven_viggo@msn.com">steven_viggo@msn.com</a>
<b>EAPN Portugal</b>							
AIRES	Sergio	EAPN Portugal					<a href="mailto:sergio.aires@netc.pt">sergio.aires@netc.pt</a>
<b>EAPN Europa</b>							
CHAMPEIX	Claire	EAPN EUROPE	B-1000	Bruxelles	Rue du Congrès, 37-41	32 2 230 44 55	<a href="mailto:claire.champeix@eapn.skynet.be">claire.champeix@eapn.skynet.be</a>
<b>TV</b>							-

VAN NIEKERK	André	Crossing the Line production	NL- 2515 BE	DEN HAAG	Huygensstraat 21 E	31 70 383 63 62	<a href="http://www.crossingthelineprod.nl">www.crossingthelineprod.nl</a>
KUIPERS	E.	Crossing the Line production					
VAN DE BERG	R.	Crossing the Line production					
VAN DE ZEE	R.	Crossing the Line production					
<b>Secretariado/Voluntários</b>							
LEMMENS	Philippe	EAPN Europe	B-1000	Bruxelles	Rue du Congrès, 37-41	32 2 230 44 55	<a href="mailto:claire.champeix@eapn.skynet.be">claire.champeix@eapn.skynet.be</a>
NOLMANS	Cynthia	EAPN Europe	B-1000	Bruxelles	Rue du Congrès, 37-41	32 2 230 44 55	<a href="mailto:claire.champeix@eapn.skynet.be">claire.champeix@eapn.skynet.be</a>
MAES	Kris						
PEETERS	Ingrid						
VAN HUMBEECK	Patrik						
VEREECKEN	Nicolas						
MINEV	Alexandar						
PEKANOV	Atanas						
HOREMANS	Mathias						
CZMYR	Agnieska	ATD 4th world					
CHESNEAU	Emilie						
MIGNOT	Mélanie						
<b>Intérpretes</b>							
ALSTROM	Annika						
BATTISTELLI	Alberto						
BAUDET	Karine						
BELAOUI	Ouassila						
BRUCATO	Eric						
CAUCIG	Isabella						
CHAVET	Christine						
CHMIELEWSKA	Ewa						
CLAEYS	Isabelle						
CORREIA	Rui						
DELADRIER	Patrice						

DE SA MOREIRA	Carlos					
EECKHAUT	Frieda					
ENAMI	Ceigheg h					
ERVYN	Olivier					
FIERENS	Anja					
FEDERICO	Serge					
GALLER	Isabelle					
GONZALVES	Manoel					
GRIGOROVA	Ada					
IMHAUSER	François e					
JURION	Karin					